



Sumário

TRIBUNAL PLENO	1
PAUTAS	1
ATAS	1
ACÓRDÃOS	1
PRIMEIRA CÂMARA.....	47
PAUTAS	47
ATAS	47
ACÓRDÃOS	47
SEGUNDA CÂMARA.....	47
PAUTAS	47
ATAS	48
ACÓRDÃOS	48
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE.....	48
ATOS NORMATIVOS	49
GABINETE DA PRESIDÊNCIA.....	49
DESPACHOS	49
PORTARIAS.....	49
ADMINISTRATIVO	57
DESPACHOS.....	58
EDITAIS	72

TRIBUNAL PLENO

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

PROCESSOS JULGADOS PELO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. CONSELHEIRO ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA, NA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 08 DE MARÇO DE 2022.

CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.2

PROCESSO Nº 11.619/2019 - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Casa Militar do Estado do Amazonas – SECM, sob a responsabilidade do Sr. Miguel Mouzinho Marinho, referente ao exercício de 2018.

ACÓRDÃO Nº 165/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado da Casa Militar do Estado do Amazonas – SECM, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Sr. Miguel Mouzinho Marinho**, Secretário de Estado da Casa Militar - Coronel QOPM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao **Sr. Miguel Mouzinho Marinho**, Secretário de Estado da Casa Militar - Coronel QOPM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996-LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Atraso na entrega das prestações de contas, contrariando o estabelecido no artigo 3º, do §3º, da Resolução nº 13/2015; **10.3.2.** Existência do saldo em restos a pagar, havendo, contudo, um saldo na conta caixa, conforme informações contidas no balanço patrimonial; **10.3.3.** Esclarecer a composição da conta Variações Patrimoniais Diminutivas Diversas, tendo em vista a ausência de notas explicativas que demonstrem a composição desse valor; **10.3.4.** Crescimento elevado de inscrições em Restos a Pagar e Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no Balanço Financeiro. Quais os tipos de despesas ou procedimentos contábeis ou financeiros que elevaram de forma expressiva as inscrições de restos a pagar; **10.3.5.** Inexistência da conta depreciação acumulada dos bens patrimoniais no balanço patrimonial; **10.3.6.** Diferença entre o relatório AJURI (sistema de controle de entrada e saída de bens) e o valor contido no Balanço Patrimonial; **10.3.7.** Esclarecer os motivos que desencadearam no aumento expressivo no resultado patrimonial do órgão quando comparado ao exercício anterior; **10.3.8.** Excessivos pagamentos de Despesas de Exercício Anteriores e Indenizações efetuadas, visto que os Pagamentos efetuados na Unidade Gestora, foram pagos em Despesas de Exercício Anteriores e Indenizações. As informações apresentadas conforme Relação retirada do Relatório da Execução por Natura de Despesas; **10.3.9.** Permanência de despesa sem procedimento licitatório e lastro contratual, bem justificar a necessidade de aquisição de cada serviço como: (Locação de Veículos, Locação de Aeronaves, Locação de Barco Marítimo). **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 12.396/2020 - Prestação de Contas Anual da Unidade Executora de Projetos, sob a responsabilidade do Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 166/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, responsável pela Unidade Executora de Projetos, exercício de 2019, nos termos do art. 188, II, § 1º, II, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, II, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE-AM, considerando as ocorrências sobreditas; **10.2. Dar quitação** ao **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva**, responsável pela Unidade Executora de Projetos, exercício de 2019, nos termos do art. 24 da Lei nº 2423/96;





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.3

10.3. Recomendar: **10.3.1.** a Unidade Executora de Projetos, maior observância e cumprimento fiel a legislação pertinente a boa Administração Pública, de modo a observar todos os pontos tratados nas peças Técnicas emitidas no arcabouço processual; **10.3.2.** em especial, quanto ao questionamento da DICOP, sobre o documento adequado denominado Memorial Descritivo, de modo a constar no Projeto Básico, detalhando o objeto projetado com a apresentação das soluções técnicas adotadas. **10.4. Determinar** a Secretaria do Tribunal Pleno: **10.4.1.** Encaminhe à atual Administração do Órgão cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção DICAMM, DICOP e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras; **10.4.2.** Notifique o interessado, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso; **10.4.3.** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

PROCESSO Nº 16.741/2020 (Apenso: 16.711/2020, 16.712/2020, 16.713/2020 e 16.714/2020) - Recurso de Revisão interposto pela Sra. Idage Maria Abraham Fernandes, em face do Acórdão nº 476/2017-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 16.713/2020. **Advogados:** Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa – OAB/AM 14193.

ACÓRDÃO Nº 143/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão da **Sra. Idage Maria Abraham Fernandes**; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso da **Sra. Idage Maria Abraham Fernandes**; **8.3. Determinar** a exclusão o Item 7.4 do Acórdão nº 61/2016-TCE-2ª Câmara; **8.4. Determinar** o acréscimo de um Item ao Acórdão nº 61/2016–TCE–2ª Câmara, com as seguintes determinações aos atuais Gestores da Manaustur: **8.4.1.** Observem com cautela as informações arroladas na Resolução nº 03/1998, em seu art. 4º, inciso V, atualmente também dispostas no art. 6º, da Resolução nº 12/2012-TCE/AM, de modo a elaborar plano de trabalho o máximo possível detalhado; **8.4.2.** Observem com cautela as disposições contidas no artigo 4º da IN nº 08/2004 e no art. 38, VI, da Lei n. 8.666/93; **8.4.3.** Observem com cautela os prazos estabelecidos para a remessa a esta Corte de Contas de toda a Prestação de Contas de Convênio. **8.5. Dar ciência** a **Sra. Idage Maria Abraham Fernandes** e aos demais interessados desta decisão; **8.6. Arquivar** o processo após cumpridos os itens anteriores nos termos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

PROCESSO Nº 10.484/2020 (Apenso: 14.527/2018 e 13.001/2018) - Recurso Ordinário interposto pela Fundação Amazonprev, tendo como interessada a Sra. Maria Thereza Ramos de Medeiros Raposo, em face da Decisão nº 1582/2019-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 13.001/2018. **Advogado:** Sebastião Diogo de Melo Neto - 4644.

ACÓRDÃO Nº 145/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado Mário José de Moraes





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.4

Costa Filho, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** o Recurso Ordinário interposto pela **Fundação Amazonprev**, em face da Decisão nº 1582/2019-TCE-Primeira Câmara, exarada nos autos do Processo nº 13001/2018 (fl.177), que julgou legal a pensão da Sra. Maria Thereza Ramos de Medeiros Raposo, com determinação ao órgão previdenciário para que procedesse à retificação da guia financeira e do ato concessório de pensão, de maneira que o tempo integral deva incidir na soma da representação com adicional por tempo de serviço; **8.2. Negar Provitmento** ao Recurso interposto pela **Fundação Amazonprev**, mantendo na íntegra o teor da Decisão nº 1582/2019-TCE-Primeira Câmara; **8.3. Dar ciência** à **Fundação Amazonprev** sobre o julgamento do feito. **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR CONVOCADO: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

PROCESSO Nº 10.853/2019 (Apenso: 11.418/2016) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Antônio Iran de Souza Lima, em face do Acórdão nº 039/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos autos do Processo nº 11.418/2016. **Advogados:** Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666, Clotilde Miranda Monteiro de Castro - OAB/AM 8888, Brenda de Jesus Montenegro - OAB/AM 12868, Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior - 14182, Yuri Dantas Barroso - OAB/AM 4237, Carlos Edgar Tavares de Oliveira - OAB/AM 5910 e Alexandre Pena de Carvalho - OAB/AM 4208.

ACÓRDÃO Nº 171/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Senhor Antônio Iran de Souza Lima**, por meio de seu Patrono, em face do Parecer Prévio nº 39/2018-TCE-Tribunal Pleno e Acórdão nº 039/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11418/2016, às fls. 4844/4849, referente à Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, referente ao exercício de 2015, com base no artigo 59, inciso II, c/c o artigo 62, §§ 1º e 2º da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, e artigo 145, incisos I, II e III do Regimento Interno (Resolução n. 04/2002); **8.2. Dar Provitmento** ao presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Senhor Antônio Iran de Souza Lima**, haja vista a incompetência absoluta desta Corte de Contas; e anular o Parecer Prévio nº 39/2018-TCE-Tribunal Pleno e Acórdão nº 039/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11418/2016, às fls. 4844/4849, devendo a referida Prestação de Contas Anuais ser novamente instruída, onde serão separados e especificados os atos de governo e atos de gestão, podendo estes ser objeto de processos apartados; **8.3. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.

PROCESSO Nº 11.252/2017 - Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, sob a responsabilidade do Sr. Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira, referente ao exercício de 2016. **Advogados:** Igor Almeida Rebelo – OAB/AM 7529, David Amorim Toledo – OAB/AM 3474 e Michele Ferreira de Alencar – OAB/AM 11864.

ACÓRDÃO Nº 170/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal no





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.5

sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Senhor Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira**, Presidente da CIAMA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao **Senhor Antonio Aluizio Brasil Barbosa Ferreira**, Presidente da CIAMA e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Ausência de Parecer do órgão de controle interno competente (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso III; Lei 2.423/96, art. 10, III; Res. 04/2002–TCE, art. 184, § 2º, III); **10.3.2.** Ausência de Parecer do Conselho Administrativo e Fiscal (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso V); **10.3.3.** Ausência de Cópias dos atos de nomeação, posse ou exoneração dos membros da Diretoria (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso VIII); **10.3.4.** Ausência de Demonstrativo da remuneração anual de cada membro da Diretoria, com os valores discriminados, especificando honorários, gratificações, participações nos lucros e demais vantagens sob qualquer forma de denominação, inclusive, cópia dos instrumentos legais (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso IX); **10.3.5.** Ausência de Declaração de bens e rendas dos membros da diretoria executiva e de conselheiros da administração (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso X); **10.3.6.** Ausência de Indicação dos respectivos nomes, cargos ou funções, RG e CPF, endereço residencial, período de responsabilidade, números e datas dos atos de nomeação e exoneração dos seguintes responsáveis: (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XI); **10.3.7.** Ausência das Atas das assembleias gerais realizadas no exercício, devidamente formalizadas (Res. Nº 03/2016, art. 2º, inciso XIII); **10.3.8.** Ausência do Demonstrativo da Execução Financeira referente aos repasses recebidos (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XVII); **10.3.9.** Ausência da Cópia das Demonstrações Financeiras do exercício anterior (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XVII); **10.3.10.** Ausência do Inventário dos bens patrimoniais (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XXIII); **10.3.11.** Ausência do Orçamento e sua correlação com a Lei Orçamentária Anual do Estado se for o caso (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XXV); **10.3.12.** Ausência do Parecer do Conselho Fiscal (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XXVIII); **10.3.13.** Ausência da Declaração firmada pela autoridade competente, na qual reconhece e assume a responsabilidade pela veracidade das informações e dados remetidos a este Tribunal (Res. TCE nº 03/2016, art. 2º, inciso XXX); **10.3.14.** Comprovar a fidedignidade dos saldos, à luz dos itens QC12 a QC16 da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC00) e itens QC12 a QC16 da NBC TG 00, e apresentar explicações circunstanciadas, pormenorizadas e documentadas sobre os valores acima (origem, composição do saldo, etc.), bem como informar se tomou ou não providências em relação ao recebimento dos valores, com sua devida comprovação; **10.3.15.** O documento de “Inventário de Estoque Geral” (relaciona materiais de copa e limpeza, expediente, informática e de manutenção) comprova a existência de Estoque na CIAMA. Entretanto, não foi identificado tal conta no balanço patrimonial. Ademais, o documento não informa os valores dos itens. Estas impropriedades ferem as normas estabelecidas na NBC TG – Estrutura Conceitual (itens QC12 ao QC16), aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/11; **10.3.16.** As Notas Explicativas que compõem a prestação de contas evidenciam de forma genérica apenas algumas contas do Balanço Patrimonial. No entanto, existem demais contas de relevante importância que não foram incluídas nas notas, como “Outros Créditos”, “Recursos de Convênios”, “Recursos de Contratos”, “Depreciação e Amortização” e “UCP/Proderam”. Não identificamos qualquer outro documento enviado pela CIAMA que explique suas composições; **10.3.17.** As notas explicativas não apresentam de forma detalhada os valores, percentuais e resultados auferidos dos investimentos avaliados com base na equivalência patrimonial, relaciona apenas as companhias investidas, contrariando o art.176, § 5º de Lei nº 6.404/76; **10.3.18.** As informações de interesse coletivo ou geral da CIAMA, na forma do § 1º do art. 8º da Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), não estão sendo disponibilizadas à sociedade via internet, contrariando o disposto no § 2º do mesmo artigo; **10.3.19.** Comprovar à luz do art. 37, inciso II, da CF/88, a regularidade das admissões de pessoal. **10.4. Determinar** à





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.6

Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 11.681/2019 - Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP, sob a responsabilidade do Sr. Paulo Ricardo Rocha Farias, referente ao exercício de 2018. **Advogados:** Juliana da Silva Serejo - OAB/AM 3922, Ione Cristina Lima Carioca – OAB/AM 5286, Bruno Veiga Pascarelli Lopes – OAB/AM 7092, Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes – OAB/AM 3747e Dinair Faria Albernaz – OAB 5077.

ACÓRDÃO Nº 172/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Limpeza Pública - SEMULSP, referente ao exercício de 2018, de responsabilidade do **Senhor Paulo Ricardo Rocha Farias**, Secretário Municipal de Limpeza Pública e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II, e art. 22, II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE; c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM; **10.2. Dar quitação** ao **Senhor Paulo Ricardo Rocha Farias**, Secretário Municipal de Limpeza Pública e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº 2423/1996–LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002–RITCE; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Ausência de justificativas sobre o não lançamento da cópia digitalizada do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 002/2015, celebrado entre a SEMULSP e a Empresa MILLENIUM Locadora Ltda, no valor global, conforme demonstrado no Portal E-Contas; **10.3.2.** Ausência de justificativas sobre o não lançamento da cópia digitalizada do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº. 006/2014, celebrado entre a SEMULSP e a Empresa DANTAS Transportes e Instalações Ltda, no valor global, conforme demonstrado no Portal E-Contas; **10.3.3.** Inexistências de justificativas para escolha do contratado e do preço pactuado; **10.3.4.** Ausência de justificativas quanto à emissão do documento, imagem a baixa, ao invés de Nota Fiscal Eletrônica – NF, conforme preconiza o protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2019; **10.3.5.** Ausência de justificativa sobre Superfaturamento de contrato por pagamentos de serviços não identificados “in loco”; **10.3.6.** O orçamento proposto pela contratada não possui Composição de Custos Unitários que apresentem coeficientes de produtividade, consumo e preço, inclusive BDI e Leis Sociais, com base em sistemas de referência ou criados com base em preços de mercado; **10.3.7.** Ausência de Processo Licitatório, descumprindo o artigo 37, inciso XXI e artigo 2º da Lei nº 8.666/1993. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO Nº 10.507/2021 (Apensos: 15.759/2020, 15.756/2020, 15.757/2020 e 15.758/2020) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Raimundo Robson de Sá, em face do Acórdão nº 894/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.756/2020.

ACÓRDÃO Nº 197/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-vista da Excelentíssima Senhora Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.7

sentido de: **8.1. Conhecer** do presente recurso do **Sr. Raimundo Robson de Sá**; **8.2. Dar Provimento** ao presente recurso interposto pelo **Sr. Raimundo Robson de Sá**, no sentido de reconhecer a nulidade dos atos praticados a partir da comunicação processual e anular os itens 8.1, 8.2, 8.4. do Acórdão nº 894/2019–TCE–Tribunal Pleno; **8.3. Determinar** a devolução dos autos ao relator de origem para renovação da notificação ao recorrente, reabrindo a instrução processual; **8.4. Notificar** o Raimundo Robson de Sá acerca do teor desta decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 15.758/2020 (Apenso: 10.507/2021, 15.759/2020, 15.756/2020, 15.757/2020) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Rossieli Soares da Silva, em face do Acórdão nº 894/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.756/2020. **Advogados:** Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11414.

ACÓRDÃO Nº 198/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Rossieli Soares da Silva**, quanto ao pedido de exclusão da multa constante no item 8.3 do acórdão combatido, por estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade contidos nos artigos 144, 145 e 154 da Resolução nº 04/2012–RITCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Rossieli Soares da Silva**, no sentido de excluir o item 8.3, de aplicação de multa, do Acórdão nº 894/2019-TCE-Tribunal Pleno, em razão de restarem atestados pela Diretoria de Controle Externo de Obras Públicas (DICOP), nos termos da Informação nº 227/2019-DICOP, o repasse de valor pela Concedente, o depósito de valor a título de contrapartida pelo Conveniente e a execução dos serviços conforme projetos e especificações técnicas existentes; **8.3. Não conhecer** do presente Recurso de Reconsideração, interposto pelo **Sr. Rossieli Soares da Silva**, quanto ao pedido de julgamento pela “REGULARIDADE, ainda que com ressalvas, da Tomada de Contas Especial da 2ª e 3ª Parcelas do Termo de Convênio nº 74/2012, por parte do Concedente”, por não preencher o requisito de interesse processual na alteração do julgado constante como requisito de admissibilidade previsto no artigo 145, inciso III, do Regimento Interno desta Corte; **8.4. Dar ciência** da presente decisão ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, por intermédio de seus patronos. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 15.759/2020 (Apenso: 10.507/2021, 15.756/2020, 15.757/2020 e 15.758/2020) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Rossieli Soares da Silva, em face do Acórdão nº 895/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.757/2020. **Advogados:** Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11414.

ACÓRDÃO Nº 199/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Rossieli Soares da Silva**, por estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade contidos nos artigos 144, 145 e 154 da Resolução nº. 04/2012–RITCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao presente Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Rossieli Soares da Silva**, no sentido de excluir a “Impropriedade I: ausência de conta específica” do rol de restrições que conduziu à aplicação de





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.8

multa ao recorrente, mantendo inalterado o quantum da multa aplicada no item 8.4 (por encontrar-se em patamar legal irreduzível) e os demais termos do Acórdão nº 895/2019-TCE-Tribunal Pleno; **8.3. Dar ciência** da presente decisão ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, por intermédio de seus patronos. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

CONSELHEIRO-RELATOR: ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR.

PROCESSO Nº 11.725/2021 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tonantins, sob a responsabilidade da Sra. Maria Lucia Ferreira Araújo, referente ao exercício de 2020. **Advogado:** Luciene Helena da Silva Dias – OAB nº 4697.

ACÓRDÃO Nº 136/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Tonantins**, referente ao exercício de 2020, tendo como responsável a Sra. Maria Lucia Ferreira Araújo, Presidente da Casa e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 19, inciso, II c/c o art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas supracitadas; **10.2. Aplicar Multa a Sra. Maria Lucia Ferreira Araújo**, Presidente da Câmara Municipal de Tonantins e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54 VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 7, 8, 12, 13 e 14, da fundamentação do Relatório-Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Determinar** o encaminhamento de cópia ao Ministério Público do Estado, nos termos do art. 190, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

PROCESSO Nº 17.344/2021 (Apenso: 10.108/2017, 12.797/2018 e 16.011/2020) - Recurso de Revisão interposto pela Fundação Amazonprev, em face do Acórdão nº 860/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 12.797/2018.

ACÓRDÃO Nº 137/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.9

Tribunal Pleno, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Revisão interposto pela **Fundação Amazonprev**, em face do Acórdão nº 860/2018–TCE–Tribunal Pleno (fls. 216/217, do Processo nº 12.797/2018, em apenso), por estarem presentes os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145, c/c art. 157, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial, no mérito**, ao Recurso de Revisão interposto pela Fundação Amazonprev, a fim de reformar o Acórdão nº 860/2018–TCE–Tribunal Pleno (exarado às fls. 216/217 no processo n.º 12.797/2018, apenso), especificamente o item 8.2, que passará a ter a seguinte redação; **8.2.1. “Dar Provimento** ao presente recurso da Sra. Maria Cristina Miller Moreira no sentido de incorporar aos seus proventos a Vantagem Pessoal Emater, bem como de promover a atualização do adicional por tempo de serviço, de modo a fazê-lo incidir sobre o vencimento fixado pela Lei nº 3300/2008, ou seja, de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).Para tanto, determino a notificação do Órgão Previdenciário competente - Amazonprev, para que retifique a Guia Financeira e o Ato Aposentatório da Sra. Maria Cristina Miller Moreira, no prazo de , remetendo os documentos comprobatórios pertinentes dentro do referido prazo”. **8.3. Dar ciência** ao Recorrente, Fundação Amazonprev, e à interessada, Sra. Maria Cristina Miller Moreira, do teor da decisão. **PROCESSO Nº 17.446/2021 (Apenso: 13.526/2021)** - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Gedeão Timóteo Amorim, em face do Acórdão nº 325/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.526/2021. **Advogados:** Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11414. **ACÓRDÃO Nº 153/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado de Educação e Desporto – SEDUC, à época, por estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade elencados no art. 145 da Resolução n.º 04/02 do TCE-AM (RITCE/AM) e arts. 59, II, 62 da Lei. 2.423/1996; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Gedeão Timóteo Amorim**, Secretário de Estado de Educação e Desporto – SEDUC, à época, para alterar o Acórdão nº 325/2020–TCE–Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.526/2021 (Processo Físico nº 755/2015), em apenso, a fim de excluir o item 8.3, que aplicara multa ao Recorrente, conforme fundamentação do Voto; **8.3. Dar ciência** ao Recorrente, Sr. Gedeão Timóteo Amorim, por meio de seus representantes legais, do teor da decisão; **8.4. Arquivar** os autos, após expirados os prazos legais, devolvendo-se o Processo nº 13.526/2021 (Processo Físico nº 755/2015), em apenso, ao seu respectivo Relator, para as providências cabíveis.

CONSELHEIRA-RELATORA: YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS.

PROCESSO Nº 10.419/2017 - Representação com pedido de Medida Cautelar formulada pela empresa J S G Comércio de Tintas e Serviços de Obras - Eireli – Epp, com vistas à suspensão do Pregão Presencial nº 002/2017-CML/PM. **Advogados:** Taíse dos Santos Justiniano – OAB/AM 9032, Marcos Roberto Marinho Campos – OAB/AM 4492.

ACÓRDÃO Nº 135/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial**





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.10

consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação da Empresa J S G Comércio de Tintas e Serviços de Obras - Eireli - Epp, por ter sido interposta nos termos regimentais; **9.2. Arquivar** o presente processo, sem resolução do mérito, o apensamento dos autos ao processo 11.867/2018 que trata da prestação de contas anual do Sr. Antônio Almeida Peixoto Filho, da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEMINF, referente ao exercício de 2017.

PROCESSO Nº 11.079/2019 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Parintins, sob a responsabilidade do Sr. Maildson Araújo Fonseca, referente ao exercício de 2018.

ACÓRDÃO Nº 155/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2018, da Câmara Municipal de Parintins, de responsabilidade do **Sr. Maildson Araújo Fonseca**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº 2423/1996-LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Maildson Araújo Fonseca**, Presidente da Câmara Municipal de Parintins e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº 2423/1996-LOTCE, c/c o artigo 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista a impropriedade não saneada na Fundamentação do Relatório-Voto (Impropriedade nº. 10) e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Determinar** à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas: **10.3.1.** Ausência de cadastro de fornecedores, contrariando ao que determina o art. 34 da Lei n, 8666/1993; **10.3.2.** Ausência de critério objetivo e listagem analítica da depreciação acumulada dos bens moveis, assim como ausência de depreciação dos bens imóveis da Câmara Municipal de Parintins ou reavaliação para verificar eventual valorização, verificado pela falta de inventário de bens (art. 37, caput da CF/1988, princípio da eficiência); **10.3.3.** Ausência de localização, agentes responsáveis e tombamento dos bens de caráter permanente nos registros analíticos em desacordo com a memória do arts. 94. 95. 96 da lei 4.320/64; **10.3.4.** Esclarecimentos quanto a localização do Veículo de marca FIAT, Modelo SIENA, pertencente a essa Câmara, pois não há termos de doação oficial ou destinação patrimonial quanto a ausência; **10.3.5.** Descumprimento do prazo de publicação referente aos quadrimestres do Relatório de Gestão Fiscal, em ofensa aos arts. 48, 48-A e 55, § 1o, da LRF, conforme informado ao GEFIS (E-contas); **10.3.6.** Esclarecimentos quanto a não apresentação de justificativas e/ou documentos comprobatórios de despesa no que tange ao Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada Com a Realizada, referente ao que segue: Indenizações e restituições





trabalhistas; Equipamento e material permanente; **10.3.7.** Esclarecimentos relativos à transferência bancária abaixo descrita a Prefeitura Municipal de Parintins, conforme consta nas conciliações e extrato bancários; **10.3.8.** Esclarecimentos relativos ao controle de ponto dos cargos comissionados, uma vez que observamos in loco não haver estrutura física para acomodá-los, colocando em risco o uso eficiente dos recursos públicos com gastos de pessoal. Ressalta-se aqui a observação dos princípios da eficiência, da assiduidade, da igualdade, da legalidade e da isonomia nos atos públicos, expresso no art. 37 da Constituição Federal de 1988; **10.3.9.** Informar se os procedimentos relacionados aos atos de pessoal, processos licitatórios, termos de contratos, entre outros processos administrativos foram devidamente submetidos à análise do setor responsável pelo Controle Interno e/ou Assessoria Jurídica, visto que não observamos tal análise nos autos relacionados; **10.3.10.** Esclarecimentos quanto aos registros funcionais, que se encontram desatualizados, referentes aos agentes políticos e públicos, tais como o fornecimento da declaração de Imposto de Renda - exercício 2017/2018. Dado que os mesmos apenas apresentam um documento de próprio punho, contrariando os termos do art. 289, da Resolução TCE N° 04/2002, ao disposto no art. 13 e parágrafos da Lei n° 8.429/92 e no art. 1o da Lei n° 8.730/93 c/com o art. 266, da Constituição Estadual/89; **10.3.11.** No que tange aos subsídios dos agentes políticos, a Constituição Federal em seu art. 29, incisos V e VI dispõe que deve ser fixado por LEI em cada legislatura para a subsequente o valor do subsídio dos vereadores. No entanto, no exercício de 2018, por meio da Resolução Legislativa N° 52/2018-CMP, aprovada em 27/03/2018, foi concedido um reajuste de 5,18%, a vigorar a partir do mês de abril. O que elevou a folha de pagamento dos vereadores de R\$99.000,00/mês para R\$104.128,20/mês, representando uma despesa irregular na ordem de R\$ 43.153,80 no exercício em comento. Assim, justificar, com documentação comprobatória e idônea tal irregularidade, sendo facultado o recolhimento do montante em evidência à conta do município; **10.3.12.** No que tange aos dispêndios com Combustíveis, levando em consideração interesse público e o uso eficiente e eficaz dos recursos, justificar a ausência de norma que espelhe o devido monitoramento quanto ao uso de Combustíveis e Derivados. Uma vez que a Lei n° 516/2012, que trata acerca da matéria, se limita apenas a estabelecer o limite de 500 litros de gasolina por vereador; **10.3.13.** No demonstrativo dos Recebimentos e Pagamentos Independentes da Execução Orçamentária consta o montante de R\$144.169,16 na rubrica Valores a Regularizar, o que NÃO é refletido no Balanço Patrimonial. Assim, justificar, com documentação comprobatória e idônea, a que se refere este valor, sendo facultado o recolhimento do montante em evidência à conta do município; **10.3.14.** Descumprimento do art. 1º, § 1º c/c art. 42, LRF, uma vez que as disponibilidades financeiras não são suficientes para cobrir as obrigações financeiras assumidas ao final de 2018, conforme Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa referente ao 3º quadrimestre de 2018 informado ao GEFIS (E-contas); **10.3.15.** Não apresentação da publicidade de que a Prestação de Contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficou disponível, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, conforme art. 49, da LRF; **10.3.16.** Ausência do Serviço de Informação ao Cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados, em cumprimento a Lei n° 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. **10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução n° 04/2002–RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

PROCESSO N° 11.934/2020 - Prestação de Contas Anual da Manaus Previdência - MANAUSPREV, sob a responsabilidade do Sr. Silvino Vieira Neto e da Sra. Daniela Cristina da Eira Correa Benayon, referente ao exercício de 2019. **Advogados:** Rafael da Cruz Lauria - OAB/AM 5716, Mario Jose Pereira Junior - OAB/AM 3731, Felipe Carneiro Chaves - OAB/AM 9179, Mauricio Sousa da Silva - OAB/AM 9015, Eduardo Alves Marinho - OAB/AM 7413. **ACÓRDÃO N° 157/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução





n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Silvino Vieira Neto**, responsável pelo Regimento Próprio Previdência de Manaus - MANAUSPREV, referentes à competência de janeiro do exercício financeiro de 2019, nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96; **10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Daniela Cristina da Eira Correa Benayon**, responsável pelo Regimento Próprio Previdência de Manaus - MANAUSPREV referentes às competências de fevereiro a dezembro do exercício financeiro de 2019, nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96; **10.3. Dar quitação** ao Senhor Silvino Vieira Neto, responsável pelo MANAUSPREV, (período de janeiro de 2019), nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96; **10.4. Dar quitação** à Senhora Daniela Cristina da Eira Correa Benayon, responsável pelo MANAUSPREV (período de fevereiro a dezembro de 2019), nos termos do art. 188, II, § 1º, I, da Res. TCE nº 04/02-RI c/c art. 22, I, da Lei nº 2.423/96; **10.5. Recomendar** ao Manaus Previdência - MANAUSPREV, que observe as ponderações dispostas no Relatório -Voto, quais sejam: **10.5.1.** promover a realização de prévia e criteriosa avaliação do bem imóvel que se pretende alienar, elaborada por profissional legalmente habilitado e distinto das avaliações já realizadas, cuja finalidade é servir de parâmetro e definição do valor final de venda, nos moldes dos arts. 17 e 19 da Lei nº 8.666/93, referente ao item 1 da Notificação nº 30/2020; (item 1 DICERP); **10.5.2.** observe atentamente a renovação de credenciamento dos gestores de ativos, no lapso temporal determinado pelo artigo 3º, §3º, da Portaria MPS n. 519/2011; (item 4 e 5 DICERP); **10.5.3.** promover à elaboração do orçamento básico para contratação de serviços de engenharia consultiva, de índices de referência locais vigentes para os fatores de mão de obra, encargos sociais e tributos, de forma a observar as variações temporais e, sobretudo, territoriais daqueles. (item DICOP). **10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno: **10.6.1.** Encaminhe à atual Administração do Órgão cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras; **10.6.2.** Notifique as partes interessadas, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso; **10.6.3.** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

PROCESSO Nº 13.386/2021 (Apenso: 11.075/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José de Menezes Pinheiro, em face do Acórdão nº 1272/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.075/2017.

ACÓRDÃO Nº 159/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em **divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração do Sr. José de Menezes Pinheiro, responsável pelo Serviço Autônomo de Água Esgoto de Presidente Figueiredo – SAAE, por preencher os requisitos necessários; **8.2. Dar Provitimento** ao recurso do **Sr. José de Menezes Pinheiro**, pelos fatos e fundamentos expostos no Relatório-voto, de modo a anular o Acórdão nº 1272/2019-Tribunal Pleno exarado nos autos do Processo nº 11075/2017, devolvendo-se os autos ao relator do processo originário para providências necessárias.

CONSELHEIRO-RELATOR: MARIO MANOEL COELHO DE MELLO.





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.13

PROCESSO Nº 12.476/2020 - Prestação de Contas Anual da Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB, de responsabilidade do Sr. Renan Castro Maia, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 160/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico – COHASB, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. Renan Castro Maia**, na condição de Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/96 c/c os arts. 188, §1º, II e 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Renan Castro Maia**, no valor de **R\$ 3.000,00** (três mil reais) na forma prevista no artigo 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002–RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, tendo em vista as impropriedades não saneadas (restrições 03, 07 e 08) na Fundamentação do Relatório-Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Renan Castro Maia** no valor de **R\$ 11.947,60** (onze mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos) em virtude da remessa fora do prazo estabelecido no art. 15 da LC nº 06/91 c/c art. 20, II, LC nº 24/2000, ao Tribunal de Contas, dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro a abril e junho a agosto de 2019, nos termos do artigo 308, inciso I, "a", da Resolução nº. 04/2002–RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Recomendar** à Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB a devida observância da legislação, sobretudo, quanto à remessa/apresentação da documentação tratada nestes autos; **10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, caput, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao Sr. Renan Castro Maia acerca do julgamento feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão; **10.6. Arquivar** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.





PROCESSO Nº 12.501/2020 - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde do Município de Humaitá - FMSH, sob a responsabilidade do Sr. Cleomar Scandolara, referente ao exercício de 2019. **ACÓRDÃO Nº 161/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Humaitá, exercício de 2019, de responsabilidade do **Sr. Cleomar Scandolara**, Ordenador de Despesas à época, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei nº 2423/1996 e arts. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Cleomar Scandolara** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), nos termos do art. 308, VII, do Regimento Interno, valor atualizado pela Resolução nº 24 de 30/08/2012, em razão da impropriedade (restrição 2) não sanada listada no corpo do Relatório/Voto, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Cleomar Scandolara** no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos) em virtude do não envio dos balancetes mensais referentes ao período de janeiro a dezembro de 2019, contrariando o disposto no art. 15 da LC nº 06/91 c/c art. 20, II, LC nº 24/2000, ao Tribunal de Contas, nos termos do artigo 308, inciso I, "a", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Recomendar** ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Humaitá - FMSH a devida observância da legislação, sobretudo, quanto à remessa/apresentação da documentação tratada nestes autos; **10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, caput, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao Sr. Cleomar Scandolara acerca do julgamento feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão; **10.6. Arquivar** o processo nos termos regimentais, após o cumprimento integral da decisão.





PROCESSO Nº 11.397/2021 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tefé, sob a responsabilidade do Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento, referente ao exercício de 2020. **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177.

ACÓRDÃO Nº 164/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tefé, exercício de 2020, sob a responsabilidade do **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, na condição de Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento** no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) relativamente às restrições 10,12.3, 13, 13.2 "item e" e 13.3 "item e" constantes no Relatório Conclusivo nº 162/2021-DICAMI, listadas no corpo do Relatório-Voto, não sanadas, nos termos do art. 308, VII, da Resolução 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, VII, da Lei nº 2423/96, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Recomendar** à Câmara Municipal de Tefé que: **10.3.1.** Observe e cumpra o prazo de remessa dos balancetes mensais via Portal e - Contas a este Tribunal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015; **10.3.2.** Observe ao que determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64, relativo aos bens de caráter permanente do referido poder municipal, com o devido número de tombo, número da nota fiscal, data da aquisição, valor, identificação, localização e responsáveis pela guarda e administração, de preferência de forma eletrônica. **10.4. Dar quitação** ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2423/96 c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, após o cumprimento do item 10.2; **10.5. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da DICAMI vindoura para que observe se os prazos de remessa e publicação de dados ao sistema e-Contas foram cumpridos, bem como os prazos de remessas dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, em conformidade com o disposto no art. 32, II, "h", da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c Resoluções TCE 15 e 24/13, caso contrário, aplique as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei no 2.423/93, por reincidência neste tipo de violação ao diploma legal supra; **10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, caput, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, comunicando ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **10.7. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do decisum.

PROCESSO Nº 14.714/2021 (Apensos: 16.723/2020 e 14.712/2021) - Recurso Ordinário interposto pela Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa, em face do Acórdão nº 172/2021-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.16

nº 16.723/2020. **Advogados:** Vasco Pereira do Amaral – OAB/AM A099, Altemir de Souza Pereira - OAB/AM 6773 e José Raimundo de Oliveira Costa -OAB/AM 4216.

ACÓRDÃO Nº 162/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso Ordinário interposto pela **Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa**, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 151, caput, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, para no mérito; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso Ordinário interposto pela **Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa**, diante dos motivos expostos no Relatório/Voto, de modo a reformar o Acórdão nº 172/2021-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.723/2020, no sentido de: **8.2.1.** Alterar o item 8.1 para: Julgar legal o Termo Aditivo do Convênio nº 50/2008 firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura - SEC e a Associação de Amigos da Cultura, tendo como objeto custeio de obras de engenharia e aquisição de itens para a Academia Amazonense de Letras, no valor de R\$ 861.423,94 (oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos) por parte da concedente e R\$ 86.142,39 (oitenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos) por parte da proponente; **8.2.2.** Alterar o item 8.2 para: Julgar Regular a Prestação de Contas do Convênio nº 50/2008, sob responsabilidade do Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário da SEC à época (Concedente), e da Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa, Gerente Executiva da AAC à época (Conveniente), nos termos dos arts. 22, inciso I, e 23, da Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM); **8.2.3.** Excluir os itens 8.3, 8.4 e 8.6 do decisum; **8.2.4.** Incluir os seguintes itens: **a.** Recomendar à atual gestão da Associação de Amigos da Cultura – AAC e da Secretaria de Estado da Cultura – SEC que, ao proceder novos convênios e congêneres, se adequem aos ditames do art. 116 da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 8/2004-SCI/AM, da Resolução nº 12/2012-TCE/AM e, quando for o caso, à Lei nº 13.019/2014 (atualizada pela Lei nº 13.204/2015); **b.** Dar quitação ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga (Concedente) e à Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa (Conveniente), nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM. **8.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que dê ciência à Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa acerca do teor do presente decisum, nos termos do art. 161 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **8.4. Arquivar** este processo nos termos regimentais, após cumpridas as medidas acima descritas.

PROCESSO Nº 14712/2021 (Apensos: 14.714/2021, 16.723/2020) - Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, em face do Acórdão nº 172/2021-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.723/2020. **Advogado:** Rosa Oliveira de Pontes Braga – OAB/AM 4231.

ACÓRDÃO Nº 163/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. Robério dos Santos Pereira Braga**, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 151, caput, da Resolução nº 04/2002–TCE/AM, para no mérito; **8.2. Dar Provimento** ao Recurso Ordinário interposto pelo **Sr. Robério dos Santos Pereira Braga**, diante dos motivos expostos no Relatório/Voto, de modo a reformar o Acórdão nº 172/2021-TCE-Segunda Câmara, exarado nos autos do Processo nº 16.723/2020, no sentido de: **8.2.1.** Alterar o item 8.1 para: Julgar legal o Termo Aditivo do Convênio nº 50/2008 firmado entre a Secretaria de Estado de Cultura - SEC e a Associação de Amigos da Cultura, tendo como objeto





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.17

custeio de obras de engenharia e aquisição de itens para a Academia Amazonense de Letras, no valor de R\$ 861.423,94 (oitocentos e sessenta e um mil, quatrocentos, vinte e três reais e noventa e quatro centavos) por parte da concedente e R\$ 86.142,39 (oitenta e seis mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e nove centavos) por parte da proponente; **8.2.2.** Alterar o item 8.2 para: Julgar Regular a Prestação de Contas do Convênio nº 50/2008, sob responsabilidade do Sr. Robério dos Santos Pereira Braga, Secretário da SEC à época (Concedente), e da Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa, Gerente Executiva da AAC à época (Conveniente), nos termos dos arts. 22, inciso I, e 23, da Lei nº 2.423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM); **8.2.3.** Excluir os itens 8.3, 8.4 e 8.6 do decisum; **8.2.4.** Incluir os seguintes itens: **a.** Recomendar à atual gestão da Associação de Amigos da Cultura – AAC e da Secretaria de Estado da Cultura – SEC que, ao proceder novos convênios e congêneres, se adequem aos ditames do art. 116 da Lei nº 8.666/93, da Instrução Normativa nº 8/2004-SCI/AM, da Resolução nº 12/2012-TCE/AM e, quando for o caso, à Lei nº 13.019/2014 (atualizada pela Lei nº 13.204/2015); **b.** Dar quitação ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga (Concedente) e à Sra. Maria das Graças Gorayeb Costa (Conveniente), nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM. **8.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que dê ciência ao Sr. Robério dos Santos Pereira Braga acerca do teor do presente decisum, nos termos do art. 161 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **8.4. Arquivar** este processo nos termos regimentais, após cumpridas as medidas acima descritas.

PROCESSO Nº 17.004/2021 (Apenso: 11.973/2021) - Recurso de Revisão interposto pela Fundação Amazonprev, em face do Acórdão nº 944/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 11.973/2021.

ACÓRDÃO Nº 200/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea “g”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pela **Fundação Amazonprev**, por intermédio do Sr. André Luiz Nunes Zogahib, Diretor-Presidente, em face do Acórdão nº 944/2021-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 11.973/2021 (apenso), visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 157, caput, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, para, no mérito; **8.2. Dar Provento** ao Recurso de Revisão interposto pela **Fundação Amazonprev**, reformando o item 7.2 do Acórdão nº 944/2021-TCE-Primeira Câmara, proferido nos autos do Processo nº 11.973/2021, no sentido de que se mantenha a Aposentadoria na forma originariamente concedida, permanecendo o cálculo da Gratificação de Curso sobre os vencimentos, estes compreendidos como o Vencimento Base mais a Gratificação de Exercício Policial; **8.3. Dar ciência** à Fundação AMAZONPREV e aos demais interessados, nos termos regimentais, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão; **8.4. Arquivar** os autos após o cumprimento dos itens supracitados, nos termos e prazos regimentais. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 17.115/2021 (Apensos: 11.511/2017, 11.814/2016, 13.627/2019, 11.516/2017, 17.114/2021 e 11.525/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Waldívia Ferreira Alencar, em face do Acórdão nº 866/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.511/2017. **Advogados:** Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB/AM 1024 e Celiana Assen Felix - OAB/AM OAB/AM nº. 6727.

ACÓRDÃO Nº 168/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em**





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.18

consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** em face do Acórdão nº 866/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.511/2017, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 154, caput, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, para no mérito; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, considerando que a Recorrente não apresentou elementos capazes de ensejar o reexame da decisão da Corte de Contas, mantendo in totum o Acórdão nº 866/2021-TCE-Tribunal Pleno; **8.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que cientifique a Sra. Waldívia Ferreira Alencar, por intermédio de suas patronas, acerca do teor do decism, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **8.4. Arquivar** os autos após o cumprimento integral do decism. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 17114/2021 (Apenso: 17.115/2021, 11.511/2017, 11.814/2016, 13.627/2019, 11.516/2017 e 11.525/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Waldívia Ferreira Alencar, em face do Acórdão nº 865/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.516/2017. **Advogados:** Paula Ângela Valério de Oliveira - OAB/AM 1024 e Celiana Assen Felix - OAB/AM OAB/AM n. 6727.

ACÓRDÃO Nº 167/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** em face do Acórdão nº 865/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.516/2017, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 154, caput, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM para no mérito; **8.2. Negar Provedimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Waldívia Ferreira Alencar**, considerando que a Recorrente não apresentou elementos capazes de ensejar o reexame da decisão da Corte de Contas, mantendo in totum o Acórdão nº 865/2021-TCE-Tribunal Pleno; **8.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno - Sepleno que cientifique a Sra. Waldívia Ferreira Alencar, por intermédio de suas patronas, acerca do teor do decism, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **8.4. Arquivar** os autos após o cumprimento integral do decism. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 17.392/2021 (Apenso: 17.266/2021) - Recurso de Revisão interposto pelo Sr. Vilson Gomes Benayon, em face do Acórdão nº 19/2018-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 17.266/2021. **Advogado:** Grace Anny Benayon Zamperlini - OAB/AM nº 2.508.

ACÓRDÃO Nº 169/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, inciso III, alínea "g", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Vilson Gomes Benayon**, Presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Manaus, à época, em face do Acórdão nº 19/2018-TCE-Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 17.266/2021 (apenso), originalmente Processo Físico nº 499/2013, visto que o meio impugnatório em exame atende os parâmetros previstos no art. 157, caput, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE/AM, assim como nos arts. 59, IV, e 65 da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do Tribunal); **8.2. Dar Provedimento** ao Recurso de Revisão interposto pelo **Sr. Vilson Gomes Benayon**, Presidente da Liga Independente das Escolas de Samba de Manaus, à época, de modo a





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.19

anular os itens 8.2, 8.3 e 8.4 do Acórdão nº 19/2018–TCE–Primeira Câmara, exarado nos autos do Processo nº 17.266/2021 (apenso), originalmente Processo Físico nº 499/2013, diante da ofensa ao princípio do contraditório e da ampla defesa do Recorrente, devendo haver a reinstrução dos autos principais, a partir da Notificação nº 343/2016-DEATV, possibilitando, ao ora recorrente, o regular exercício do seu direito de defesa; **8.3. Dar ciência** ao interessado, Sr. Wilson Gomes Benayon, por intermédio de sua patrona regularmente constituída, Dra. Grace Anny Benayon Zamperlini, nos termos regimentais, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão; **8.4. Determinar** que, após o cumprimento integral da decisão, os autos sejam remetidos ao Relator competente do processo originário para a reinstrução do referido feito.

CONSELHEIRO-RELATOR: JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO.

PROCESSO Nº 11.561/2018 - Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM, sob a responsabilidade do Sr. Antônio Ademir Stroski e Sr. Marcelo José de Lima Dutra, referente ao exercício de 2017. **Advogados:** Rosa Oliveira de Pontes Braga – OAB/AM 4231, Robério dos Santos Pereira Braga – OAB/AM 1025, Jones Ramos dos Santos – OAB/6333 e Adson Soares Garcia – OAB/AM 6574. **ACÓRDÃO Nº 138/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Antônio Ademir Stroski** - Secretário Municipal e Ordenador das despesas (01.01 a 03.10), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 24 da Lei 2.423/96; **10.2. Julgar regular** a Prestação de Contas Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Marcelo José de Lima Dutra** - Secretário Municipal e Ordenador das despesas (04.10 a 31.12), com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, I c/c o 24 da Lei 2.423/96; **10.3. Recomendar** ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/AM que: **10.3.1.** Elaborar estudos para Diagnóstico e enquadramento dos corpos hídricos da Bacia do Rio Tarumã-Açu e da Bacia do Puraquequara; **10.3.2.** Elaborar o Plano de Bacia do Rio Tarumã Açu e da Bacia do Puraquequara (estratégias, metas plurianuais); **10.3.3.** Capacitar o colegiado dos Comitês de Bacia do Rio Tarumã Açu e do Puraquequara; **10.3.4.** Criar o Sistema de Informação da Bacia do Puraquequara e da Bacia do Rio Tarumã Açu; **10.3.5.** Fortalecer os Comitês de bacias do Puraquequara e do Rio Tarumã Açu; **10.3.6.** Apresentar cronograma para execução das ações propostas no Plano Estadual de Recursos Hídricos; **10.3.7.** Proceder estudos para enquadramento dos corpos hídricos do estado do Amazonas; **10.3.8.** Estabelecer Programa de Índice da qualidade da água (IQA); **10.3.9.** Avaliar a realização de concurso público na Sema e no IPAAM; **10.3.10.** Elaborar plano de monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos a partir de inventário dos empreendimentos licenciados; **10.3.11.** Viabilizar estudos para instalação de estações fluviométricas e estações pluviométricas, para a obtenção regular de dados referente a vazão média, máxima e mínima, para previsão e controle de enchentes e secas, úteis no planejamento estratégico das bacias do entorno de Manaus; **10.3.12.** Estudar a possibilidade de Criação de uma Agência Estadual de Água ou da formulação de uma diretoria técnica no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas. **10.4. Dar ciência** ao Sr. Antônio Ademir Stroski e demais interessados. **10.5. Arquivar** os autos nos termos regimentais após o cumprimento das medidas acima. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.20

PROCESSO Nº 13.765/2019 (Apenso: 11.822/2018, 13.093/2019, 13.102/2019 e 13.198/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Ronaldo Brito da Silva, em face do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.822/2018. **Advogados:** Abner Maia da Silva – OAB/AM 12454, Rafael Luiz Nardi – OAB/ AM 12027, Geraldo Cantuario dos Santos – OAB/AM 9942 e Juarez Frazão Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.

ACÓRDÃO Nº 139/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Ronaldo Brito da Silva**, admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas nos termos do despacho de fls. 44/46, pois atendidos os requisitos exigidos nos arts. 145 e seguintes e 154 do Regimento da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** a este Recurso de Reconsideração formulado pelo **Sr. Ronaldo Brito da Silva**, uma vez que considerado parcialmente sanada restrição 11.1., tão somente para: **8.2.1.** alterar o item 10.6 do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, que passará a ter a seguinte redação: **10.6. Aplicar Multa** ao **Sr. Ronaldo Brito da Silva**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2.2.** Acrescentar recomendação como subitem "f" ao item 10.9 do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, nos seguintes termos: f) Adote medidas referentes à localização e à facilidade de acesso do atendimento ao público da autarquia, em especial o serviço prestado pela Divisão de Atendimento Social; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Ronaldo Brito da Silva, aos seus procuradores e demais interessados; **8.4. Arquivar**, após o cumprimento integral da decisão e adotadas as medidas regimentais de praxe, conforme Resolução nº 04/2002-TCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 13.093/2019 (Apenso: 13.765/2019, 11.822/2018, 13.102/2019 e 13.198/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Franclides Corrêa Ribeiro, em face do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.822/2018.

ACÓRDÃO Nº 141/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Franclides Corrêa Ribeiro**, admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas nos termos do despacho de fls. 35/37, pois atendidos os requisitos exigidos nos arts. 145 e seguintes e 154 do Regimento da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** a este Recurso de Reconsideração formulado pelo **Sr. Franclides Corrêa Ribeiro** para: **8.2.1.** Alterar o item 10.8 do Acórdão nº





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.21

134/2019–TCE–Tribunal Pleno, que passará a ter a seguinte redação: **10.8. Aplicar Multa** ao **Sr. Franclides Corrêa Ribeiro**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme os termos do art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VII, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018–TCE/AM, em razão das impropriedades identificadas nos itens 6, 8, 9, 10, 10.1, 11, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2.2.** Acrescentar recomendação como subitem "f" ao item 10.9 do Acórdão nº 134/2019–TCE–Tribunal Pleno, nos seguintes termos: f) Adote medidas referentes à localização e à facilidade de acesso do atendimento ao público da autarquia, em especial o serviço prestado pela Divisão de Atendimento Social; **8.3. Dar ciência** ao Sr. Franclides Corrêa Ribeiro e demais interessados; **8.4. Arquivar**, após o cumprimento integral da decisão e adotadas as medidas regimentais de praxe, conforme Resolução nº 04/2002-TCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 13.102/2019 (Apenso: 13.765/2019, 11.822/2018, 13.093/2019 e 13.198/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Marcel Alexandre da Silva, em face do Acórdão nº 134/2019–TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.822/2018. **Advogados:** Abner Maia da Silva – OAB/AM 12454, Rafael Luiz Nardi – OAB/AM 12027 e Geraldo Cantuario dos Santos – OAB/AM 9942.

ACÓRDÃO Nº 142/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Marcel Alexandre da Silva**, admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas nos termos do despacho de fls. 20/22, pois atendidos os requisitos exigidos nos arts. 145 e seguintes e 154 do Regimento da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** a este Recurso de Reconsideração formulado pelo **Sr. Marcel Alexandre da Silva**, uma vez que considerado parcialmente sanada restrição 11.1., tão somente para: **8.2.1.** Alterar o item 10.4 do Acórdão nº 134/2019–TCE–Tribunal Pleno, que passará a ter a seguinte redação: **10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Marcel Alexandre da Silva**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002- TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2.2.** Acrescentar recomendação como subitem "f" ao item 10.9 do Acórdão nº 134/2019–TCE–Tribunal Pleno, nos seguintes termos: f) Adote medidas referentes à localização e à facilidade de acesso do atendimento ao público da autarquia, em especial o serviço prestado pela Divisão de Atendimento Social. **8.3. Dar ciência** ao Sr. Marcel Alexandre da Silva, aos seus





procuradores e demais interessados; **8.4. Arquivar**, após o cumprimento integral da decisão e adotadas as medidas regimentais de praxe, conforme Resolução nº 04/2002-TCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 13.198/2019 (Apenso: 13.765/2019, 11.822/2018, 13.093/2019, 13.102/2019) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Audo Albuquerque da Costa, em face do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.822/2018.

ACÓRDÃO Nº 140/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Audo Albuquerque da Costa**, admitido pela Presidência deste Tribunal de Contas nos termos do despacho de fls. 12/14, pois atendidos os requisitos exigidos nos arts. 145 e seguintes e 154 do Regimento da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Dar Provimento Parcial** a este Recurso de Reconsideração formulado pelo Sr. Audo Albuquerque da Costa, uma vez que considerado parcialmente sanada restrição 11.1., tão somente para: **8.2.1.** Alterar o item 10.2 do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, que passará a ter a seguinte redação: **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Audo Albuquerque da Costa**, gestor e ordenador de despesa, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 4/2018 - TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza operacional, financeira e orçamentária, itens 6, 7, 8, 9, 10, 10.1, 11, 12, 12.1, 13, 13.1 e 13.2 apontados na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, devendo ser encaminhado comprovante do pagamento a esta Corte de Contas, devidamente autenticado pelo banco, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2.2.** Acrescentar recomendação como subitem "f" ao item 10.9 do Acórdão nº 134/2019-TCE-Tribunal Pleno, nos seguintes termos: **f)** Adote medidas referentes à localização e à facilidade de acesso do atendimento ao público da autarquia, em especial o serviço prestado pela Divisão de Atendimento Social. **8.3. Dar ciência** ao Sr. Audo Albuquerque da Costa e demais interessados; **8.4. Arquivar**, após o cumprimento integral da decisão e adotadas as medidas regimentais de praxe, conforme Resolução nº 04/2002-TCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 13.540/2021 (Apenso: 13.643/2017 e 13.538/2021) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Valdeli Barbosa Alves, em face do Acórdão nº 1189/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.643/2017. **ACÓRDÃO Nº 144/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Negar Provimento** ao Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Valdeli Barbosa Alves**, ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Município de Coari, mantendo-se na íntegra o Acórdão nº 1189/2020-TCE-Tribunal Pleno, constante nos autos do Processo Original nº 13643/2017; **8.2. Dar ciência** ao Sr. Valdeli Barbosa Alves, ex-Presidente da





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.23

Comissão Permanente de Licitação do Município de Coari; **8.3. Arquivar** o processo por cumprimento de decisão. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

AUDITOR-RELATOR: ALÍPIO REIS FIRMO FILHO.

PROCESSO Nº 10.529/2017 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itamarati, sob a responsabilidade do Sr. Haroldo Gomes Maia, referente ao exercício de 2016. **Advogados:** Antonio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu Caporazzi – OAB/AM 4447, Fabricia Teliéle Cradoso dos Santos – OAB/AM 8446, Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9221 e Ênia Jéssica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416.

ACÓRDÃO Nº 146/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itamarati, exercício 2016, sob a responsabilidade do **Sr. Haroldo Gomes Maia**, Presidente e Ordenador de Despesa à época, por grave infração à norma legal nos termos do artigo 1º, incisos II e IX, c/c o artigo 22, inciso III, alíneas "b", da Lei nº 2.423/96, artigo 5º, inciso II, c/c o artigo 188, inciso II, § 1º, inciso III, alíneas "b" e "e", da Resolução nº 04/2002; **10.2. Considerar em Alcance** o **Sr. Haroldo Gomes Maia**, Presidente e Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Itamarati, sob o exercício de 2016, no valor de **R\$ 165.705,32** (cento e sessenta e cinco mil, setecentos e cinco reais e trinta e dois centavos), com devolução aos cofres públicos corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas descritas nos itens 14, 15, 20 e 22, do Relatório Conclusivo nº 56/2021-DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – Principal – Alcance aplicado pelo TCE/AM", órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Haroldo Gomes Maia** no valor de **R\$20.000,00** (Vinte mil reais) em conformidade com o previsto no art. 54, inciso VI, da Lei nº. 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelas impropriedades descritas nos itens 03, 04, 05, 07, 10, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, do Relatório Conclusivo nº 56/2021 – DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na





continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa** ao **Sr. Haroldo Gomes Maia** no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos) nos termos do art. 308, inciso I, "a", da Resolução TCE/AM nº 04/2002 c/c art. 54, inciso I, alínea "a" da Lei nº 2.423/96-LO-TCE/AM, pelas impropriedades descritas nos itens 01 e 22, do Relatório Conclusivo nº 56/2021 – DICAMI (fls. 652/723) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Recomendar** a Câmara Municipal de Itamarati, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.5.1.** Providencie normativo legal para criação do Controle Interno na Câmara Municipal, considerando que somente houve a apresentação da Portaria nº 011/2012-GP/SSA, de 19/11/2012, dispõe sobre a criação de cargo em Comissão, e reestrutura o quadro de pessoal da Câmara Municipal de Itamarati e dá outras providências, onde consta o cargo comissionado de Controlador Interno; **10.5.2.** Nos próximos certames licitatórios, de acordo com o art. 38, V, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação indique nas Atas, as deliberações relativas aos convidados participantes, em especial aquelas que definiram o valor da contratação; **10.5.3.** Doravante, adote as medidas necessárias ao recebimento do duodécimo até o dia 20 de cada mês, conforme art. 168 da Constituição Federal, oficiando a Prefeitura sobre as datas limites dos repasses; **10.5.4.** Observe as normas de direito financeiro e orçamentário definidas pela Lei Federal nº 4.320/64 que trata do percentual máximo de 10% do valor do Grupo de Contas para contas genéricas (Resolução CFC Nº 1.133/08 - Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis); **10.5.5.** A realização de toda movimentação financeira, obrigatoriamente, por meio de instituição financeira, atendendo as regras de direito financeiro definidas pela Lei 4320/64, cuja inobservância acarretarão a não aceitação das justificativas futuras, com consequente responsabilização e reflexos nas prestações de contas respectivas; **10.5.6.** A exoneração do servidor em situação de nepotismo, conforme apontado no Relatório/Voto, enviando a esta Corte de Contas as medidas adotadas e os resultados alcançados; **10.5.7.** Que proceda a correção de informações do quantitativo de servidores da Câmara Municipal de Itamarati, conforme tratado nesta restrição, e os consequentes recolhimentos previdenciários (patronal/segurado). **10.6. Determinar** o envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual – MPE, na forma do art. 114, inciso III, da Lei Estadual 2.423/96, para que adote, no âmbito de sua competência, as medidas que entender cabíveis, acerca dos fatos ocorridos sem prejuízo da verificação da prática de ato de improbidade administrativa; **10.7. Determinar** a remessa de cópia dos autos à Receita Federal do Brasil quanto à ausência de informações do quantitativo de servidores da Câmara Municipal de Itamarati e consequente recolhimentos previdenciários (patronal/segurado); **10.8. Dar ciência** a Sr. Haroldo Gomes Maia e seus respectivos patronos acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de uma nova notificação aos interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo,





se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

PROCESSO Nº 14.009/2017 – Embargos de Declaração em Representação interposta pelo Sr. Dermilson Carvalho das Chagas, Deputado Estadual, contra o Estado do Amazonas, por intermédio do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/AM, à época, Sr. Leonel de Brito Feitosa, em razão de possíveis irregularidades constantes nos contratos de prestação de serviços e locação. **Advogados:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM 5851 e Ana Cecilia Ortiz e Silva – OAB/AM 8387.

ACÓRDÃO 147/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração, interpostos pelo Sr. João Leonel de Brito Feitosa, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM; **7.2. Negar Provedimento** dos Embargos interpostos pelo Sr. João Leonel de Brito Feitosa, e no mérito, manter na totalidade o Acórdão nº 379/2021-TCE-Tribunal Pleno (fls.479 a 481), exarado nos autos do Processo nº 14.009/2017; **7.3. Determinar** a correção do erro material no parágrafo 14 da Proposta do Relatório/Voto do Processo nº 14.009/2017 (fls.467) para que conste ali a impropriedade relativa às justificativas e/ou documentos que indiquem que o valor celebrado nos contratos nº 16/2015 (R\$ 2.514.000,00) e 05/2017 (R\$ 654.150,00) estão dentro do preço de mercado, demonstrando ainda a vantagem de se alugar as referidas empilhadeiras à gás ao invés de adquirir e incorporar ao Patrimônio do DETRAN/AM’, em conformidade com o art. 160, §4º, I, do Regimento Interno desta Corte de Contas; **7.4. Notificar** o Recorrente, Sr. João Leonel de Brito Feitosa, e seu advogado com cópia do Relatório/Voto e Acórdão, para que tome ciência do decisório. Após as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário.

PROCESSO Nº 14.212/2017 – Embargos de Declaração em Representação nº 129/2017-MPC/RMAM-Ambiental, formulada pelo Ministério Público de Contas, em face do Sr. Enrico de Souza Falabella, ex-Prefeito do Município de Uruará, por possível omissão de providências no sentido de implantar minimamente a política pública de resíduos sólidos no Município. **Advogados:** Francisco Rodrigo de Menezes e Silva – OAB/AM 9771 e Alex da Silva Almeida – OAB/AM 10706. **ACÓRDÃO Nº 148/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, à **unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração interposto pelo Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador do Ministério Público de Contas, em face do Acórdão nº 1113/2021-TCE-Tribunal Pleno proferido nos autos do processo nº 14.212/2017, por preencher os requisitos de admissibilidade nos termos do art. 148, §1º, do Regimento Interno; **7.2. Dar Provedimento** aos Embargos de Declaração interposto pelo Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador do Ministério Público de Contas, em razão das demonstrações de omissões por parte deste Relator em seu Relatório/Voto que perfez o Acórdão nº 1113/2021-TCE-Tribunal de Contas, como determina os artigos 59, III, e 63 da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 148 da Resolução nº 04/2002-RI-TCE/AM. Neste sentido de retificar o acórdão 1113/2021, proponho voto: **7.2.1.** Conhecer a presente representação ao Sr. Enrico de Souza Falabella, Ex-prefeito Municipal de Uruará, por possível omissão de providências no sentido de implantar minimamente a Política Pública de resíduos sólidos no Município; **7.2.2.** Julgar Procedente a presente representação ao Sr. Enrico de Souza Falabella, ex-Prefeito Municipal





de Uruará, por possível omissão de providências no sentido de implantar minimamente a Política Pública de resíduos sólidos no Município; **7.2.3.** Aplicar no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) ao Sr. Enrico de Souza Falabella, Ex-prefeito Municipal de Uruará, nos termos do art. 54, VI, da Lei Orgânica, por reiterada atitude ilegal por omissão, por negligência (culpa grave) quanto a providências no sentido de priorizar ações e investimentos de implantação de serviço público essencial e adequado de gestão integrada de resíduos sólidos em âmbito local e cumprimento mínimo da política e plano municipais de resíduos, em detrimento do princípio da Eficiência Administrativa e dos ilícitos ambientais de disposição de resíduos a céu aberto (lixão) e da falta de ações eficazes de limpeza pública, coleta seletiva, tratamento, triagem, reuso e reciclagem, de eficiente educação ambiental da população, fomento e de adequada disposição final de resíduos domiciliares e urbanos. Fixar prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável recolha o valor da multa, pelas impropriedades apontadas no item 17 do Relatório/Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **7.2.4.** Determinar ao Município prazo de 180 (cento e oitenta) dias para: **7.2.4.1.** Efetuar um Plano Municipal de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos de Uruará e posterior efetivação do mesmo em lei; **7.2.4.2.** Avaliar a propositura de ser efetuado um Termo de Ajustamento de Gestão entre a Prefeitura Municipal com o IPAAM e anuência do Ministério Público de Contas que prever o manejo e destinação final dos resíduos sólidos e coleta pública; **7.2.4.3.** Realizar a manutenção e limpeza de espaços públicos; **7.2.4.4.** Criar programas complementares (coleta seletiva e educação ambiental) e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde; **7.2.4.5.** Cadastrar as informações de saneamento no Sistema Nacional de Informações Sobre Resíduos Sólidos; **7.2.4.6.** Incentivar a formação de associações e a articulação de suas atividades com um sistema de coleta seletiva domiciliar; **7.2.4.7.** Iniciar imediatamente uma campanha abrangente e eficiente de conscientização e educação ambiental específica para a gestão de resíduos sólidos incluindo a coleta seletiva. A campanha deverá ser veiculada por todos os meios de comunicação possíveis, além de incluir as instituições como escolas, universidades, igrejas e outras com influência sobre a comunidade; **7.2.4.8.** Realizar, em anuência às orientações do IPAAM e recomendações do MPC as ações técnicas: apresentar um plano de recuperação da área que foi usada como depósito de RSU; avaliar as condições do lençol freático da área e apresentar relatórios técnicos conclusivos; **7.2.4.9.** Conjuguar as ações normativas, de planejamento, operacionais e financeiras para estruturar o sistema de coleta seletiva no município; **7.2.4.10.** Buscar parcerias com empresas privadas gerando mecanismos e incentivos para a reciclagem potencializando o mercado de recicláveis no município ou fora dele. **7.2.5.** Ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e ao Presidente do IPAAM para apresentar à Corte de Contas: **7.2.5.1.** Programação de ações de capacitação e de apoio à gestão de resíduos sólidos junto à Administração Municipal para recuperação e revitalização, controle e adequação da área degradada, planejamento e licenciamento de aterro sanitário, ações de coleta, transbordo, triagem, tratamento, compostagem, reaproveitamento, reuso e reciclagem, compostagem e geração de energia, fomento de negócios com os resíduos e de educação socioambiental; **7.2.5.2.** Cronograma de implementação do sistema estadual de informações de resíduos sólidos com garantia de transparência; **7.2.5.3.** Plano de ações e estratégias de implantação de projetos pilotos e prioritários de sistemas de logística reversa no âmbito estadual, que





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.27

contemplem produtos fabricados, vendidos ou consumidos no município; **7.2.5.4.** Programa de apoio à Prefeitura para sistematização de controle e fiscalização dos grandes geradores locais de resíduos, articulação local para acordos de participação remunerada destes no serviço municipal ou para adequado gerenciamento dos resíduos, coleta seletiva e logística reversa de nível municipal. **7.2.6.** Ao Presidente do IPAAM para comprovar à Corte de Contas: **7.2.6.1.** Ações de controle e fiscalização sobre a adequação do plano e gestão municipais de resíduos do município, no tocante à regularidade dos serviços essenciais e instalações de manejo de resíduos sólidos urbanos, com apuração de responsabilidade administrativa dos agentes da Prefeitura, inclusive, quanto ao cumprimento das medidas alvitadas nesta oportunidade pela Corte de Contas; **7.2.6.2.** Ações de controle e fiscalização dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do município e dos empreendedores no tocante ao cumprimento das condicionantes das licenças estaduais e seus respectivos planos de gerenciamento de resíduos e exigência de logística reversa. **7.3. Dar ciência** ao Sr. Enrico de Souza Falabella, Ex-Prefeito Municipal de Uruará, aos seus Advogados e ao Ministério Público de Contas sobre a Decisão desta Corte.

PROCESSO Nº 11.359/2019 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manicoré, sob a responsabilidade do Sr. Bernardino José Lindoso Neto, referente ao exercício de 2018.

ACÓRDÃO Nº 149/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, exercício de 2018, nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei n.º 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução n.º 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 1: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4; 2: 2.2, 2.3-a, 2.4-a e 2.5; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no valor **R\$16.000,00** (dezesseis mil reais), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pela permanência das Restrições n.ºs 2: 2.2, 2.3-a, 2.4-a e 2.5, como não sanadas, e fixar **prazo de 60 (sessenta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Bernardino José Lindoso Neto**, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, no valor de **R\$5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), referentes ao atraso na remessa e publicação do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º, 2º e 3º quadrimestre/2018 (R\$1.706,80 x 3), nos termos do art. 54, inciso I, alínea "c", da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea "c", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições n.ºs 1: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, como não sanadas, e fixar **prazo de 60 (sessenta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE,





através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Determinar** à atual Administração, sob pena das contas de o próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 188, inciso III, alíneas “b” e “e”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, que: **10.4.1.** Observe e cumpra com rigor a legislação quanto a prazos de remessa e publicação de informações no Sistema GEFIS; **10.4.2.** Mantenha atualizado o Portal da Transparência em obediência aos arts. 48, 55, §2º, da Lei Complementar n.º 101/00; **10.4.3.** Promova a criação de lei com a previsão dos subsídios para o exercício atual, em conformidade com o que determina a Constituição Federal; **10.4.4.** Mantenha os processos de licitação e pagamentos organizados e devidamente assinados. **10.5. Determinar** ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção in loco; **10.6. Dar ciência** ao Sr. Bernardino José Lindoso Neto, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão do que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório.

PROCESSO Nº 11.797/2019 (Apenso: 11.788/2019) - Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, sob a responsabilidade do Sr. Cleitman Rabelo Coelho e do Sr. Silvio Mouzinho Pereira, referente ao exercício de 2018. **ACÓRDÃO Nº 150/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** (período: 01/08 a 31/12/2018), ordenador de despesa à época e do **Sr. Silvio Mouzinho Pereira** (período: 10/01 a 31/07/2018), Ex-Secretário Executivo e Ordenador da Despesa (período: 10/01 a 31/07/2018), responsável pela Secretaria de Estado e Administração Penitenciária - SEAP, no curso do exercício 2018; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** e ao **Sr. Silvio Mouzinho Pereira**, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por ato irregular, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Oficiar** o Sr. Cleitman Rabelo Coelho e o Sr. Silvio Mouzinho Pereira sobre a decisão





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.29

desta Corte e Contas **10.4. Determinar** que os autos sejam remetidos ao DEREDE para que efetue os procedimentos previstos no art. 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

PROCESSO Nº 11.788/2019 (Apenso: 11.797/2019) - Prestação de Contas Anual do Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas – FUPEAM, sob a responsabilidade do Sr. Cleitman Rabelo Coelho, referente ao exercício de 2018.

ACÓRDÃO Nº 151/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Cleitman Rabelo Coelho**, responsável pelo Fundo Penitenciário do Estado do Amazonas - FUPEAM, à época, no curso do exercício 2018; **10.2. Dar quitação** ao **Sr. Cleitman Rabelo Coelho**, nos termos do art. 23, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 163, §1º, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **10.3. Dar ciência** ao Sr. Cleitman Rabelo Coelho, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que vier a ser proferido, para que tome ciência do decisório.

PROCESSO Nº 16.588/2019 - Representação interposta pela Secretaria de Controle Externo - SECEX, em face da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, por possível burla a diversos instrumentos legais relacionados à transparência na Administração Pública. **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.

ACÓRDÃO Nº 152/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Arquivar** o processo por similaridade do objeto desta Representação, além de outras irregularidades, motivo pelo qual os feitos deveriam ter tramitado desde o início em conjunto com o Processo 11.164/2019-TCE/AM, da Relatoria deste Conselheiro Substituto, nos termos do art. 64 do Regimento Interno desta Casa. Por essas razões, nos termos dos arts. 56 e 57 do NCP, c/c o art. 162 do RI/TCE-AM, os autos devem ser arquivados.

PROCESSO Nº 11.286/2020 – Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Manicoré, referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. Augusto Vieira do Nascimento. **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior - OAB/AM 5851.

ACÓRDÃO Nº 154/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Augusto Vieira do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, em face do Acórdão nº 805/2021-TCE-Tribunal Pleno proferido nos autos do processo nº 11.286/2020, por preencher os requisitos de admissibilidade nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 145 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **7.2. Negar Provitamento** ao Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Augusto Vieira do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal de Manicoré, em razão da ausência de obscuridade, omissão ou contradição por parte deste Relator em seu Relatório/Voto que fez o Acórdão nº 805/2021-TCE-Tribunal Pleno, como determina o art. 63 da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 148 da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM; **7.3. Dar**





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.30

ciência ao Sr. Augusto Vieira do Nascimento e patronos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo Colegiado, para que tomem ciência do decisório. Após as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário.

PROCESSO Nº 11.488/2020 - Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itapiranga, sob a responsabilidade do Sr. Michael Wellington Santos Serrão, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 156/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Michael Wellington Santos Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, exercício de 2019, nos termos do art. 22, III, alínea "b", da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. artigo 188, §1º, inciso III, alínea "b", da Resolução nº 04/2002- RITCE/AM, em razão da permanência das Restrições nºs 6.1, 6.2, 7.6 e violação ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal/88, quando o índice de dispêndio de gastos com o Poder Legislativo registrou o percentual de 7,27% além do permitido; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Michael Wellington Santos Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, no valor de **R\$16.000,00** (dezesesseis mil reais), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, VI, da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pela permanência das Restrições n.º 6.1, 6.2 e 7.6 como não sanadas, e violação ao artigo 29-A, inciso I, da Constituição Federal/88, quando o índice de dispêndio de gastos com o Poder Legislativo registrou o percentual de 7,27% além do permitido, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Michael Wellington Santos Serrão**, Presidente da Câmara Municipal de Itapiranga, no valor de **R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, inciso I, alínea "c", da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso I, alínea "c", da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, em razão da permanência da Restrição 6.1 como não sanada, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.31

o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Itapiranga que observe o que determina o art. 37 da Constituição Federal/88 quanto ao controle de ponto dos cargos comissionados e cumpra com os prazos de publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) no sistema e-Contas, sob pena de reincidência nos termos do art. 188, §1º, inciso III, alínea “e”, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM; **10.5. Dar ciência** ao Sr. Michael Wellington Santos Serrão, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório.

PROCESSO Nº 12.280/2020 - Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré, de Responsabilidade da Sra. Laura Patrícia Santos do Nascimento e do Sr. Manuel Sebastião Pimentel de Medeiros, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 158/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Manicoré de responsabilidade da **Sra. Laura Patrícia Santos do Nascimento**, Secretária e Ordenadora de Despesas, à época, exercício de 2019; **10.2. Determinar** ao Fundo Municipal de Saúde de Manicoré que: **10.2.1.** Observe as regras contratuais nos art.117 da Lei 14133/2021, quanto à nomeação dos fiscais de contratos; **10.2.2.** Observe os preceitos dos Arts. 75 da Lei 14.133/2021 referente à Dispensa de Licitações; **10.2.3.** Atenda o disposto Parágrafo primeiro do art. 8 da Lei nº 12.527/2011 no que pertence ao acesso as informações da unidade. **10.3. Dar ciência** a Sra. Laura Patrícia Santos do Nascimento sobre a decisão da Corte de Contas.

PROCESSO Nº 12.282/2020 – Embargos de Declaração em Prestação de Contas Anual do Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré – SISPREV, de responsabilidade do Sr. Janderlan Brito Barbosa, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 196/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Janderlan Brito Barbosa, responsável pelo Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré, contra o Acórdão nº 1247/2021–TCE-Tribunal Pleno (fls. 741/744), por preencher os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 59, inciso III, da Lei nº 2.423/96-LOTCE/AM c/c art. 145 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **7.2. Negar Provedimento** aos presentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Janderlan Brito Barbosa, responsável pelo Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Manicoré, em razão da ausência de obscuridade, de omissão ou de contradição por parte deste Relator em seu Relatório/Voto que perpez o Acórdão nº 1247/2021–TCE-Tribunal Pleno (fls. 741/744), como determina o art. 63 da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 148 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **7.3. Dar ciência** ao Sr. Janderlan Brito Barbosa, acerca da decisão, na forma do art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **7.4. Arquivar** o presente processo, após cumpridas as formalidades legais.





PROCESSO Nº 12.345/2020 - Prestação de Contas do Instituto da Mulher Dona Lindu, sob a responsabilidade da Sra. Marilsa Mathias Ferreira e do Sr. José Mauro de Souza Miralha, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 195/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Marilsa Mathias Ferreira**, referente ao exercício de 2019, no período de 15/01/2019 a 28/11/2019, com fundamento no art. 1.º, II, IX c/c o art. 22, III, b, da Lei Estadual 2.423/96, aplicando-se multas aos responsáveis nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **10.2. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Mauro de Souza Miralha**, referente ao exercício de 2019, no período de 28/11/2019 a 31/12/2019, com fundamento no art. 1.º, II, IX c/c o art. 22, III, b, da Lei Estadual 2.423/96, aplicando-se multas aos responsáveis nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM; **10.3. Aplicar multa à Sra. Marilsa Mathias Ferreira**, no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, por grave infração a norma legal, pelas impropriedades apontadas nas restrições de nº 01, 04 e 05 e que foram consideradas não sanadas, referenciadas na Proposta de Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar multa ao Sr. Jose Mauro de Souza Miralha** no valor de **R\$15.000,00** (quinze mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, por grave infração a norma legal, pelas impropriedades apontadas nas restrições de nº 03 e 04 e que foram consideradas não sanadas, referenciadas na Proposta de Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que: **10.5.1.** atenda as diligências desta Corte de Contas e ainda, que formalize, de acordo com a Lei Nº 8.666/93, os





processos licitatórios realizados pela Unidade Gestora; **10.5.2.** realize um melhor planejamento, para que não haja falta de medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros, evitando assim acarretar diversos vícios e ilegalidades, além da prestação de serviços de forma deficiente; **10.5.3.** a Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA, que atenda na íntegra as solicitações feitas pelas Unidades Gestoras, nos abastecimentos de medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros; **10.5.4.** cumpra os prazos de remessas conforme estabelecido no art. 3º da Resolução N° 05/09 c/c o art. 185, §2º, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 04/2002–RI/TCE E art. 29, §1º da Lei nº 2.423/96; **10.5.5.** cesse a prática de pagamentos de indenizatórios não previstos em lei; **10.5.6.** identifique os valores lançados no Balanço Patrimonial; **10.5.7.** mantenha nas pastas funcionais, todas as Declarações de Bens, conforme determina o art. 13, §1º e §2º, da Lei nº 8.429/92 e art. 289, §1º e §2º, da Resolução nº 04/2002–TCE; **10.5.8.** solicite da SES-AM, que seja feito um levantamento de todos os Bens Patrimoniais por uma comissão nomeada e que sejam providenciadas as colocações das plaquetas com seus números tombos, de acordo com os artigos 92 e 94 da Lei nº 4.320/64; **10.5.9.** observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM, bem como aplicação de multas nos termos do art. 54, inciso IV, alínea “b” c/c art. 22, §1º da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM). **10.6. Dar ciência** à Sra. Marilsa Mathias Ferreira, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **10.7. Dar ciência** ao Sr. José Mauro de Souza Miralha, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002; **10.8. Dar ciência** imediata do julgamento do processo ao Ministério Público do Estado do Amazonas.

PROCESSO Nº 12.511/2020 - Prestação de Contas Anual da Maternidade Dona Nazira Daou, sob a responsabilidade da Sra. Andréa Gonçalves Castro, referente ao exercício de 2019.

ACÓRDÃO Nº 194/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Andréa Gonçalves Castro**, ordenadora de despesa à época, responsável pela Maternidade Dona Nazira Daou no curso do exercício 2019; **10.2. Considerar revel** a **Sra. Andréa Gonçalves Castro**, nos termos do art. 88 da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, por ter recebido e até a presente data não ter encaminhado justificativas e/ou documentos referentes à Notificação nº 083/2021-DICAD; **10.3. Aplicar multa** à **Sra. Andréa Gonçalves Castro**, no valor de **R\$1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) com fulcro no art. 54, inciso I, alínea “a”, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, inciso I, alínea “a”, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, por não sanear a impropriedade III da Proposta de Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou





judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa à Sra. Andréa Gonçalves Castro** no valor de **R\$6.827,19** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), com base no art. 54, inciso II, alínea "a", da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, inciso II, alínea "a", da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, por ter permanecido silente diante das diligências desta Corte de Contas, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Aplicar Multa à Sra. Andréa Gonçalves Castro** no valor de **R\$68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), com base no art. 54, inciso VI, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, em razão do não saneamento das impropriedades I, II e de IV a XIV da Proposta de Voto, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.6. Determinar** à origem que: **10.6.1.** Cumpra o prazo da remessa da Prestação de Contas Anuais, conforme o estabelecido no art. 3º da Resolução Nº 05/09 c/c o art. 185, § 2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 04/2002–RI/TCE E art. 29, § 1º da Lei nº 2.423/96; **10.6.2.** Cumpra os prazos de envio dos balancetes mensais, via sistema e-Contas, da Maternidade Dona Nazira Daou, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015; **10.6.3.** Faça constar nas Pastas Funcionais as Declarações de Bens atualizadas dos Agentes Públicos, em cumprimento ao art. 13, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.429/92 e art. 289, § 1º e § 2º, da Resolução nº 04/2002–TCE; **10.6.4.** Nomeie uma Comissão de Patrimônio para que seja feito um levantamento dos Bens Patrimoniais da Maternidade Dona Nazira Daou, com a colocação de plaquetas para o controle dos Bens Patrimoniais tombados pela administração, conforme determinam os artigos 92 e 94 da Lei nº 4.320/64; **10.6.5.** Planeje com antecedência as compras, sobretudo as de carácter regulares, para que os contratos sejam realizados de forma adequada, no sentido de que as despesas não sejam pagas por meio de indenizações e que as compras utilizem a licitação pública como





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.35

regra, a fim de evitar, no que for possível, a figura da dispensa de licitação, conforme determina o art. 24 da Lei 8.666/93. **10.7. Oficial** a Sra. Andréa Gonçalves Castro sobre a decisão desta Corte e Contas; **10.8. Determinar** que os autos sejam remetidos ao DERED, para que efetue os procedimentos previstos no art. 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

PROCESSO Nº 12.854/2020 (Apenso: 10.019/2018) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Ministério Público de Contas, em face da Decisão nº 598/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarada nos Autos do Processo nº 10.019/2018.

ACÓRDÃO Nº 193/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente recurso interposto pelo **Ministério Público de Contas**, por intermédio do Procurador de Contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, na competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM; **8.2. Arquivar** o presente processo por perda de objeto; **8.3. Determinar** a ciência do presente Acórdão ao Recorrente, enviando-lhe ainda cópia do Relatório/Voto, para que tome ciência do decisório. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 13.271/2020 (Apenso: 11.763/2017, 11.760/2017, 14.763/2016, 10.069/2017, 11.865/2017 e 10.195/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, em face do Acórdão nº 03/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.865/2017. **Advogado:** Maria Auxiliadora dos Santos Benigno - OAB/AM A619.

ACÓRDÃO Nº 192/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, por intermédio de sua advogada, em face do Acórdão nº 03/2020-TCE-Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio nº 03/2020), exarado nos autos do Processo nº 11.865/2017 às fls. 699/705, na 6ª sessão ordinária de 10 de março de 2020, na forma do art. 11, inciso III, alínea f, 2), da Resolução nº 04/2002; **8.2. Dar Provimento Parcial** ao Recurso de Reconsideração interposto pela **Sra. Marlene Gonçalves Cardoso**, por intermédio de sua advogada, assim, que se excluam os itens 10.3 ao item 10.8 (alcance e multas), do Acórdão nº 03/2020-TCE-Tribunal Pleno (parte integrante do Parecer Prévio nº 03/2020), exarado nos autos do Processo nº 11865/2017 às fls. 699/705, com supedâneo na lição do Supremo Tribunal Federal, lastreada no RE 848.826, bem como no tema 835 de Repercussão Geral; **8.3. Determinar** a instauração da Tomada de Contas Especial, no prazo de 60 (sessenta) dias, em face da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Jutai, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade da Sra. Marlene Gonçalves Cardoso, ex-Prefeita Municipal de Jutai, nos termos do art. 9º c/c o art. 35 da Lei nº 2.423/96 – Lei Orgânica, bem como do art. 195, caput e do art. 196, §3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE/AM. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 15.942/2020 (Apenso: 15.940/2020 e 15.941/2020) - Embargos de Declaração em Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Saul Nunes Bemerguy, em face do Acórdão nº 310/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 15.940/2020 (Processo Físico Originário nº 1201/2014). **Advogados:** Livia Rocha





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.36

Brito – OAB/AM 6474, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7222 e Pedro de Araújo Ribeiro - 6935.

ACÓRDÃO Nº 191/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, no sentido de: **7.1. Conhecer** dos presentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Saul Nunes de Bemerguy, Ex-Prefeito do Município de Tabatinga, em face do Acórdão nº 310/2018-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 1201/2014 (processo Físico Originário nº 2209/2018) por preencher os requisitos de admissibilidade nos termos do art. 148, §1º, do Regimento Interno; **7.2. Negar provimento** aos presentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Saul Nunes de Bemerguy, em razão da não demonstração de omissão, obscuridade ou contradição, por parte deste Relator em seu Relatório/Voto que perfez o Acórdão nº 1239/2021-TCE-Tribunal Pleno, como determina os artigos 59, III e 63 da Lei nº 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 148 da Resolução nº 04/2002-RI-TCE/AM; **7.3. Dar ciência** ao Sr. Saul Nunes de Bemerguy e patronos, com cópia do Relatório/voto e Acórdão adotado pelo Colegiado, para que tomem ciência do decisório. E, após as formalidades cabíveis, que seja retomada a execução do julgado no processo originário. **Declaração de Impedimento:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 10.043/2021 - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Jsp Serviços de Alimentação e Limpeza Eireli, em face do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste e do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, em razão de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico nº 960/2020-CSC.

ACÓRDÃO Nº 190/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação com pedido de Medida Cautelar, formulada pela empresa Jsp Serviços de Alimentação e Limpeza Eireli, em face do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste e do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, nos termos do Art. 288, da Resolução 04/2002-RITCE/AM; **9.2. Julgar procedente** a presente Representação, formulada pela empresa Jsp Serviços de Alimentação e Limpeza Eireli, em face do Hospital e Pronto Socorro da Criança - Zona Oeste e do Centro de Serviços Compartilhados – CSC, por restar comprovada a ilegitimidade em sua desclassificação, e posterior cumprimento do Decisum pela CSC ao retificar as correções de desvios ocorridos no Pregão Eletrônico 960/2020- CSC; **9.3. Recomendar** ao Presidente, Sr. Walter Siqueira Brito e ao corpo técnico da Centro de Serviços Compartilhados do Amazonas CSC, em especial aos pregoeiros e comissões de licitação, quanto à observância de exigência de apresentação de documentos, lista de equipamento, e/ou ainda, profissionais contratados, durante a fase de competição do certame, sendo que tais, dependendo do objeto, deveriam ser apresentados no ato da assinatura do termo contratual, evitando assim qualquer tipo de oneração aos licitantes antes da confirmação de vencedor do pleito, de acordo com orientações emanadas do Tribunal de Contas da União-TCU, por meio do Acórdão 365/2017-PLenário, para evitar grave infração a Lei de Licitações, observando-se a Súmula 222-TCU/CNJ; **9.4. Dar ciência** ao Sr. Walter Siqueira Brito, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório; **9.5. Dar ciência** à empresa Jsp Serviços de Alimentação e Limpeza Eireli, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão adotado pelo colegiado para que tome ciência do decisório; **9.6.**





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.37

Arquivar o presente processo por cumprimento da decisão acerca das correções de desvios ocorridos no Pregão Eletrônico 960/2020-CSC.

PROCESSO Nº 10.732/2021 - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pela empresa Líder Serviços de Apoio a Gestão de Saúde Eireli, em face do Hospital 28 de Agosto, acerca de ilegalidades contidas na formação do Contrato nº 002/2016, firmado com a empresa Diagmax Serviços Médicos Ltda. **Advogados:** Marcos Osamo Basto Takeda – OAB 3739 e Raimundo Alfredo Brito da Silva – OAB 9709.

ACÓRDÃO Nº 188/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Não conhecer** da presente Representação interposta pela Empresa Líder Serviços de Apoio a Gestão de Saúde Eireli, em face do Hospital 28 de Agosto, acerca de ilegalidades contidas na Formação do Contrato nº 002/2016, firmado com a Empresa Diagmax Serviços Médicos LTDA; **9.2. Considerar revel** o Sr. Geraldo Sarmento Gadelha, com base no art. 88, da Resolução nº 04/2002, e art. 20, §4º, da Lei Nº 2.423/96 por ter permanecido silente diante da Notificação desta Corte de Contas; **9.3. Considerar revel** o Sr. Rodrigo Tobias de Sousa Lima, com base no art. 88, da Resolução nº 04/2002, e art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96 por ter permanecido silente diante da Notificação desta Corte de Contas; **9.4. Determinar** à SES (antiga SUSAM), a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) em face do Sr. Geraldo Sarmento Gadelha por ter violado proibições legais; **9.5. Dar conhecimento** ao Sr. Geraldo Sarmento Gadelha e ao Sr. Rodrigo Tobias de Sousa Lima, da Decisão desta Corte de Contas.

PROCESSO Nº 11.159/2021 - Prestação de Contas Anual da Polícia Civil do Estado do Amazonas, sob a responsabilidade do Sr. Josué Rocha de Freitas e Sr. Mário Jumbo Aufiero, referente ao exercício de 2014. **Advogados:** Leonardo Alvarenga Viana – 6956, Eduardo Alvarenga Viana - 6032, Simone Rosado Maia Mendes - OAB/AM A666 e Pualani Moreira Barreto - OAB/AM 9852.

ACÓRDÃO Nº 189/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** as contas da Delegacia Geral de Polícia Civil, referente ao exercício 2014, de responsabilidade do **Sr. Josué Rocha de Freitas**, gestor à época, e do **Sr. Mário Jumbo Aufiero**, ordenador de despesas à época, nos termos do arts. 25 e 22, inciso III e alíneas “b” e “c”, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 188, §1º, inciso III e alíneas “b” e “c”, da Resolução TCE nº 04/2002, em razão da realização de despesas não comprovadas e das graves ilegalidades cometidas; **10.2. Considerar em alcance**, solidariamente, o **Sr. Josué Rocha de Freitas** e o **Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero**, no valor de **R\$ 60.730,39** (sessenta mil, setecentos e trinta reais e trinta e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que os responsáveis recolha om valor do alcance/glosa, por despesas não comprovadas com passagens e despesas com locomoção, com devolução aos cofres públicos, corrigidos nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002- Regimento Interno do TCE, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96–LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02–RITCE/AM).





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.38

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa ao Sr. Josué Rocha de Freitas** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, pelas restrições apontadas no bojo do Relatório/Voto, nos termos do inciso VI do art. 308 do RI/TCE c/c art. 54, VI da Lei 2.423/96-LO-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Aplicar Multa ao Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero** no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, pelas restrições apontadas no bojo do Relatório/Voto, nos termos do inciso VI do art. 308 do RI/TCE c/c art. 54, VI da Lei 2.423/96-LO-TCE/AM, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.5. Determinar** a remessa de cópia dos autos ao MPE para ajuizamento das ações cabíveis; **10.6. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º do RITCE/AM, que: **10.6.1.** Numere, de acordo com a ordem cronológica, os documentos anexados aos processos, referentes às licitações, dispensas, inexigibilidades, aos contratos e aditivos, em cumprimento aos art. 38, caput, da Lei nº 8666/93; **10.6.2.** Evite a contratação direta, promova licitação para a aquisição de bens e serviços, evitando o uso indiscriminado da dispensa de licitação, com base no art. 24, II da Lei nº 8.666/93; **10.6.3.** Efetue o inventário dos bens móveis e imóveis, bem como observe a contabilidade da Polícia Civil do Estado do Amazonas, de acordo com os princípios, as NBCTs (normas brasileiras de contabilidade pública) e o MCASP (manual de contabilidade aplicável ao setor público); **10.6.4.** Adote procedimentos para o efetivo cumprimento dos ditames estabelecidos no artigo 45 da Constituição Estadual c/c o art. 43 da Lei Estadual nº 2.423/96 e a Lei Federal nº 4.320/64. no sentido de buscar





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.39

instituir controle interno para submeter seus atos de gestão, objetivando um melhor controle patrimonial, econômico, contábil, operacional e financeiro de suas competências; **10.6.5.** Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da irregularidade da respectiva Contas, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do §1º do art. 188, da Resolução nº 04/2002; **10.7. Dar ciência** ao Sr. Josué Rocha de Freitas e ao Sr. Mário Jumbo Miranda Aufiero acerca da decisão, ficando autorizada a emissão de um novo ofício aos interessados caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

PROCESSO Nº 11.312/2021 - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Ministério Público de Contas, em face da suposta ilegalidade no ato de nomeação do Sr. José Pedro Sousa Guedes para o cargo de Secretário Municipal de Finanças do município de Careiro da Várzea. **Advogados:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193.

ACÓRDÃO Nº 187/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação, com pedido de Medida Cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas na pessoa da Procuradora de Contas, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, em face da suposta ilegalidade (nepotismo) no ato de nomeação do Sr. José Pedro Sousa Guedes para o cargo de Secretário Municipal de Finanças do município de Careiro da Várzea, nos termos do art. 1º, da Lei nº. 2.423/96-LOTCE/AM; **9.2. Julgar improcedente** a presente Representação, com pedido de Medida Cautelar, formulada pelo Ministério Público de Contas na pessoa da Procuradora de Contas, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, visto que não há irregularidade na nomeação do Sr. José Pedro Souza Guedes, dada a sua qualificação técnica para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Finanças da prefeitura de Careiro da Várzea, configurando a hipótese excepcional de não incidência da Súmula Vinculante nº 13; **9.3. Arquivar** o presente processo em virtude do exaurimento do objeto; **9.4. Dar ciência** ao Sr. Pedro Duarte Guedes e patrono, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo Colegiado.

PROCESSO Nº 11.739/2021 - Prestação de Contas Anual do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias, sob a responsabilidade da Sra. Elcinei de Lima Sampaio, referente ao exercício de 2020. **Advogado:** Mauricio Lima Seixas - OAB/AM 7881.

ACÓRDÃO Nº 186/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, gestora e ordenadora de despesas do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias, exercício de 2020, nos termos do art. 22, I, da Lei nº 2423/96, c/c o art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM; **10.2. Dar quitação** à **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, gestora e ordenadora de despesas do Serviço de Pronto Atendimento Joventina Dias, exercício de 2020, nos termos dos arts. 23 e 72, inciso I, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **10.3. Dar ciência** à Sra. Elcinei de Lima Sampaio, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão que for adotado pelo colegiado, para que tome ciência do decisório.





PROCESSO Nº 12.277/2021 - Termo de Ajustamento de Gestão 4/2015/GAB/ARFF, referente à implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle previsto na Lei Complementar Federal 131/2009 e Regulamento do Decreto Federal 7.185/2010 e Portaria MF 548/2010.

ACÓRDÃO Nº 185/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art 2º, §1º, art 8º, I, d e g da Resolução nº 21/2013-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Arquivar** o presente processo por exaurimento da Decisão nº 250/2018-TCE-Tribunal Pleno (fls. 146/148), nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002; **9.2. Dar ciência** à Prefeitura Municipal de Silves, na figura do Prefeito, Sr. Raimundo Paulino de Almeida Grana, com fulcro no art. 95, da Resolução nº 04/2002, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002.

PROCESSO Nº 12.278/2021 - Termo de Ajustamento de Gestão 3/2015/GAB/ARFF, referente à implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle previsto na Lei Complementar Federal 131/2009 e Regulamento do Decreto Federal 7.185/2010 e Portaria MF 548/2010.

ACÓRDÃO Nº 184/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art 2º, §1º, art 8º, I, d e g da Resolução nº 21/2013-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Arquivar** o presente processo por exaurimento da Decisão nº 249/2018-TCE-TRIBUNAL PLENO (fls. 129-131), nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **9.2. Dar ciência** à Prefeitura Municipal de Itapiranga, na figura da prefeita, a Sra. Denise Farias de Lima, com fulcro no art. 95, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

PROCESSO Nº 12.279/2021 - Termo de Ajustamento de Gestão 1/2018/GAB/ARFF Referente a Implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle Previsto na Lei Complementar Federal 131/2009 e Regulamento do Decreto Federal 7.185/2010 e Portaria MF 548/2010.

ACÓRDÃO Nº 183/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art 2º, §1º, art 8º, I, d e g da Resolução nº 21/2013-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Arquivar** o presente processo por exaurimento da Decisão nº 111/2018-TCE-TRIBUNAL PLENO (fls. 152/153), nos termos do art. 162, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **9.2. Dar ciência** à Prefeitura Municipal de Urucurituba, na figura do Prefeito, Sr. José Claudenor de Castro Pontes, com fulcro no art. 95, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura,





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.41

persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM.

PROCESSO Nº 12.423/2021 - Consulta formulada pela Prefeitura Municipal de Japurá, solicitando esclarecimento acerca da realização de Processo Seletivo Simplificado visando a contratação de professores, em caráter excepcional e de interesse público, para atuarem na zona rural do Município.

ACÓRDÃO 182/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos art. 5º, inciso XXIII, art. 11, inciso IV, alínea “f”, art. 274, art. 275 e art. 278, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Consulta da Prefeitura Municipal de Japurá, com amparo no art. 1º, inciso XXIII da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), bem como no art. 274 e seguintes da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; **9.2. Responder** à Consulta formulada que não há óbice para a contratação de profissionais da educação, regida por lei específica do município consulente, caracterizados pelo art. 61, inciso IV, da Lei nº 9.394/1996, restrita, unicamente, a hipótese do art. 36, inciso V, da mesma Lei, ou seja, para atuar em matérias relacionadas à formação técnica e profissional da grade curricular, conforme as regras constantes no art. 37, IX e arts. 205 e 206, todos da Constituição Federal; arts. 36, caput e inciso V, e 61, IV, ambos da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), arts. 18 e 20 da Lei n.º 9.784/1999, art. 67 da Lei n.º 8.666/1993, limitada ao atendimento da hipótese específica; **9.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Japurá que esta poderá optar por constituir comissão formada por servidores do quadro de pessoal da Administração para realizar o procedimento de contratação, com fundamento nos preceitos éticos a considerar as situações de impedido ou suspeição, conforme os artigos 18 e 20 da Lei nº 9.784/1999. No caso de contratar empresa para este fim, a Administração deverá, além de observar as normas gerais para contratação pública, fiscalizar a execução dos serviços prestados pela contratada, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993; **9.4. Determinar** ao Consulente observância aos princípios que norteiam a atividade da Administração Pública, previsto nos arts. 37, inc. II, e 206, inc. V, todos da Constituição Federal, os princípios da impessoalidade e moralidade, definidos nas seguintes diretrizes: **a)** publicar edital, com ampla divulgação; **b)** fixar, no edital, critérios objetivos e impessoais para a seleção dos interessados; e, **c)** publicar o resultado, a homologação, e a classificação de cada candidato com a pontuação final obtida; **9.5. Dar ciência** à Prefeitura Municipal de Japurá, representada pelo Sr. Vanilso Monteiro da Silva – Prefeito Municipal de Japurá; **9.6. Arquivar** o presente processo após cumprimento de decisão.

PROCESSO Nº 15.920/2021 (Apensos: 13.477/2020) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva, em face do Acórdão nº 848/2021-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 13.477/2020.

ACÓRDÃO Nº 181/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de, preliminarmente: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração do **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva** em face ao Acórdão nº 848/2021-TCE-Tribunal Pleno, por preencher os requisitos de admissibilidade do art. 154 da Resolução 04/2002 c/c art. 62 da Lei nº 2.423/96; **8.2. Dar Provisão Parcial** ao recurso do **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva** em face ao Acórdão nº 848/2021-TCE-Tribunal Pleno no sentido de excluir o item 9.3, mantendo-se incólumes os demais itens





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.42

do decism; **8.3. Dar ciência** ao **Sr. Keltom Kellyo de Aguiar Silva** acerca da decisão, ficando autorizado a emissão de um novo ofício aos interessados caso a primeira tentativa seja frustrada. Ato contínuo, se porventura persistir a problemática, para não existir dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já, autoriza-se a comunicação via editalícia nos termos do art. 97 da Resolução 4/2002 (RI-TCE/AM).

PROCESSO Nº 16.559/2021 (Apenso: 14.400/2017) - Recurso de Reconsideração interposto pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA, em face do Acórdão nº 304/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.400/2017.

ACÓRDÃO Nº 180/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “f”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do presente Recurso de Reconsideração da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA**, interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, Secretário da SEMA, em face do Acórdão nº 304/2020-TCE-Tribunal Pleno, proferida nos autos do processo de Representação de nº 14.400/2017, o qual tratou sobre possível omissão da Prefeitura Municipal de Apuí e do Estado do Amazonas, quanto à fiscalização e providências no sentido de instituir serviço público de esgotamento sanitário municipal para saneamento básico; **8.2. Negar Provimento** ao presente Recurso de Reconsideração da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA**, interposto pelo Sr. Eduardo Costa Taveira, permanecendo inalterado o Acórdão nº 304/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 14.400/2017, o qual julgou procedente a Representação formulada pelo Ministério Público de Contas – MPC sobre possível omissão da Prefeitura Municipal de Apuí e do Estado do Amazonas, determinando à SEMA e ao IPAAM, que comprovem à Corte de Contas as medidas de apoio ao planejamento de ações de esgotamento sanitário e de fiscalização no município de Apuí. **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

PROCESSO Nº 17.167/2021 - Prestação de Contas do Acordo de Cooperação nº 17/2017, firmado entre a Secretaria Municipal de Educação - SEMED e a Associação de Amigos do Autista no Amazonas - AMA.

ACÓRDÃO Nº 179/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Julgar legal** o Acordo de Cooperação nº 17/2017, firmado entre a Semed, de responsabilidade da Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt (Concedente) e a Associação de Amigos do Autista no Amazonas - AMA, sob responsabilidade do Sr. Lauro Azevedo de Sousa (Conveniente), conforme o art. 2º, da Lei Orgânica nº 2.423/96 c/c art. 253, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM; **8.2. Julgar regular** a Prestação de Contas do Acordo de Cooperação nº 17/2017, apresentada pela Semed, sob responsabilidade da Sra. Katia Helena Serafina Cruz Schweickardt, titular da Semed à época, nos termos do art. 22, I, da Lei nº 2423/96, c/c o art. 188, §1º, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM.

AUDITOR-RELATOR: LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES.

PROCESSO Nº 12.482/2020 - Prestação de Contas Anual da Policlínica João dos Santos Braga, sob a responsabilidade da Sra. Maria do Carmo Soares Braga, referente ao exercício de 2019.





ACÓRDÃO Nº 178/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Maria do Carmo Soares Braga**, responsável pela Policlínica João dos Santos Braga, como Gestora e Ordenadora da Despesa, exercício 2019, nos termos do art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso II da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, considerando as impropriedades que restaram não sanadas utilizadas como pressupostos para a aplicação de multa; **10.2. Aplicar Multa à Sra. Maria do Carmo Soares Braga** no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, inciso I, alínea “a” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face do encaminhamento intempestivo de duas Prestações de Contas Mensais, violando o prazo insculpido no art. 20, inc. II §1º da Lei Complementar estadual nº 06/1991. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa à Sra. Maria do Carmo Soares Braga** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), nos termos do art. 54, inciso VII da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar prazo de 30 (trinta) dias para que a responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual, para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das seguintes infrações: **10.3.1.** descumprimento da NBC T 16.9, parte constante do MCASP, uma vez verificada a ausência da Conta “Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada de Bens Móveis” no Ativo não Circulante (Imobilizado), no Balanço Patrimonial (Questionamento 02 da DICAD); **10.3.2.** descumprimento do art. 94 e 96 da Lei nº 4.320/1964, uma vez ausente o Inventário dos Bens Patrimoniais (Questionamento 03 da DICAD). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável. **10.4. Dar ciência** à Sra. Maria do Carmo Soares Braga, acerca do julgado.

PROCESSO Nº 12.490/2020 - Prestação de Contas Anual do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea - LABREAPREV, sob a responsabilidade do Sr. Rosifran Batista Nunes, referente ao exercício de 2019.
Advogado: Francisco Tullio da Silva Marinho – OAB A901.

ACÓRDÃO Nº 177/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do





Tribunal Pleno, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar irregular** a prestação de contas do **Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, com fulcro no art. 22, inciso III, da Lei n.º 2.423/1996–LOTCE/AM, em razão das impropriedades II e III descritas na proposta-voto; **10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, no valor de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), com fulcro no art. 54, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 2.423/1996–LOTCE/AM, em virtude da inobservância do prazo legal para remessa dos balancetes e demonstrações contábeis mensais pelo Sistema e-Contas (impropriedade I), conforme determinam os arts. 15 e 20, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 6/1991 c/c Resolução TCE nº 13/2015, fixando-se o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.3. Aplicar Multa** ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**, gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Lábrea (LABREAPREV), à época, no valor de **R\$ 14.000,00** (catorze mil), com fulcro no art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996–LOTCE/AM, pela omissão na cobrança dos repasses estabelecidos pelos arts. 61 e 64, da Lei Municipal n.º 274/2005 (impropriedades II e III da Proposta de Voto), fixando-se o **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **10.4. Dar ciência** desta decisão à **Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério do Trabalho e Previdência**, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, enviando-lhe cópia da proposta de voto e do Relatório Conclusivo nº 16/2021-CI/DICERP, para adotar as providências que entender cabíveis; **10.5. Dar ciência** desta decisão ao **Ministério Público do Amazonas**, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, enviando-lhe cópia da proposta de voto e do Relatório Conclusivo nº 16/2021-CI/DICERP, para adotar as providências que entender cabíveis; **10.6. Dar ciência** desta decisão ao **Sr. Rosifran Batista Nunes**.





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.45

PROCESSO Nº 11.674/2021 - Prestação de Contas Anual do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON, sob a responsabilidade do Sr. Jalil Fraxe Campos, referente ao exercício de 2020.

ACÓRDÃO Nº 176/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **10.1. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Jalil Fraxe Campos**, gestor e ordenador do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON, exercício 2020, nos termos do art. do art. 22, inciso I, da LO-TCE/AM; **10.2. Dar ciência** deste Decisum ao **Sr. Jalil Fraxe Campos**, gestor e ordenador da Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON, exercício 2020.

PROCESSO Nº 12.134/2021 - Representação com pedido de Cautelar interposta pelo Ministério Público de Contas, em face do Prefeito Municipal de Anori, Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, em razão de supostas ilegalidades cometidas na condução do Pregão Presencial nº 022/2021. **Advogados:** Marcos dos Santos Carneiro Monteiro - OAB/AM 12.846, Antonio das Chagas Ferreira Batista – OAB 4.177, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB 8.243, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos – OAB 8.446 e Ênia Jéssica da Silva Garcia – OAB 10416. **ACÓRDÃO Nº 175/2022:** Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação apresentada pelo Ministério Público de Contas, em face do Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, Prefeito Municipal de Anori, eis que presentes os requisitos de admissibilidade, nos termos do art. 288, caput, do RI-TCE/AM; **9.2. Julgar Procedente** a presente representação/denúncia interposta pelo Ministério Público de Contas; **9.3. Dar ciência** deste Decisum ao Sr. Reginaldo Nazaré da Costa e demais interessados, por meio de seus advogados constituídos nos autos.

PROCESSO Nº 13.096/2021 - Representação com pedido de Medida Cautelar interposta pelo Ministério Público de Contas, em face da Prefeitura Municipal de Anori, sob responsabilidade do Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, em razão de supostas ilegalidades cometidas na condução do Pregão Presencial nº 23/2021. **Advogado:** Enia Jéssica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416.

ACÓRDÃO Nº 174/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea “i”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **9.1. Conhecer** da presente Representação apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em face da Prefeitura Municipal de Anori, sob responsabilidade do Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, eis que preenchidos os requisitos legais de admissibilidade; **9.2. Julgar Procedente** esta Representação apresentada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em face da Prefeitura Municipal de Anori, sob responsabilidade do Sr. Reginaldo Nazaré da Costa, diante da restrição à competitividade e demais violações no Pregão Presencial nº 23/2021; **9.3. Aplicar multa** ao **Sr. Reginaldo Nazaré da Costa**, Prefeito Municipal de Anori à época, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do art. 54, IV, LO-TCE/AM, por cometimento de grave





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.46

infração à norma legal ao violar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e pela restrição à competitividade no Pregão Presencial nº 23/2021, em descumprimento aos arts. 3º da Lei n. 8.666/93 e 5º da Lei nº 14.133/2021 e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável; **9.4. Dar ciência** deste decisum ao **Sr. Reginaldo Nazaré da Costa**, Prefeito Municipal de Anori à época, por meio de advogado constituído nos autos; **9.5. Representar** ao Ministério Público do Estado do Amazonas para conhecimento e providências que entender cabíveis.

PROCESSO Nº 13.161/2021 (Apenso: 11.639/2018) - Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. Mário Barros da Silva, em face do Acórdão nº 1309/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.639/2018.

Advogados: Diego Américo Costa Silva – OAB/AM 5819 e Gabriela de Brito Coimbra – OAB/AM 8889.

ACÓRDÃO Nº 173/2022: Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea "f", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de: **8.1. Conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Mário Barros da Silva**, ex-Secretário da SEMJEL, em face do Acórdão nº 1309/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.639/2018, por estarem preenchidos todos os requisitos de admissibilidade; **8.2. Negar Provimento** a este Recurso de Reconsideração interposto pelo **Sr. Mário Barros da Silva**, ex-Secretário da SEMJEL, em face do Acórdão nº 1309/2019-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo nº 11.639/2018, visto que restou comprovado que o gestor cometeu ilegalidades na celebração dos Termos de Contrato nº 009/2017 e nº 012/2017, bem como na ausência de registro e identificação dos bens patrimoniais; **8.3. Dar ciência** da decisão ao **Sr. Mário Barros da Silva**, por meio de seu advogado constituído nos autos. **Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de março de 2022.


MIRTYL FERNANDES LEVY JUNIOR
Secretário do Tribunal Pleno





**PERCEBEU
IRREGULARIDADES?**

DENUNCIE
VOCÊ TAMBÉM PODE AJUDAR!

Canais de Comunicação:

(92) 98815-1000

ouvidoria.tce.am.gov.br

ouvidoria@tce.am.gov.br

Av. Efigênio Salles, Nº 1155, Parque 10
CEP: 69055-736, Manaus-AM

PRIMEIRA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação

ATAS

Sem Publicação

ACÓRDÃOS

Sem Publicação

SEGUNDA CÂMARA

PAUTAS

Sem Publicação





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.49

Sem Publicação

ATOS NORMATIVOS

Sem Publicação

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

DESPACHOS

Sem Publicação

PORTARIAS

Portaria nº 29/2022-SEGER/FC, de 09 de março de 2022

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e observada a Portaria nº 02/2022-GPDRH, que trata da delegação de competência, publicada no DOE em 04 de janeiro de 2022, e

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor para, no âmbito da Administração, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, conforme o disposto no art. 67 c/c o art. 116 da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor **RONALDO ALMEIDA DE LIMA**, matrícula 001.950-0A, para atuar como **FISCAL**, e os servidores **GUILHERME ALVES BARREIROS**, matrícula 001.781-7B, e **WILLY ANDERSEN FERREIRA SANATI**, matrícula 001.951-8A, para atuarem como **GESTORES** do **Termo de Cooperação Técnica nº 001/2016**, firmado entre o **TCE/AM** e o **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/AM**, CNPJ 04.322.541/0001-97, pelo período de 12 (doze) meses.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando a Portaria nº 02/2017-SEGER/FC, de 06 de fevereiro de 2017, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.50

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 09 de março de 2022.


Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

A T O Nº 64/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 93/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante no Processo SEI n.º 002659/2022;

R E S O L V E:

EXONERAR, a pedido, o servidor **DANIEL ARAUJO FERREIRA DA SILVA**, matrícula n.º 003.674-9A, do cargo de Auditor Técnico de Controle Externo – Obras Públicas “A”, nos termos do art. 55, inciso I, da Lei n. 1762/86, a contar de 15.02.2022.

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

A T O Nº 65/2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

 @tceamazonas f /tceam t /tceam tce-am tceamazonas tceam



Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.51

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 94/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante no Processo SEI n.º 001989/2022;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor **TARCISIO DOS ANJOS NEVES**, matrícula n.º 003.665-0A, do cargo de Auditor Técnico de Controle Externo – Obras Públicas “A”, nos termos do art. 55, inciso I, da Lei n. 1762/86, a contar de 31.01.2022.

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA N.º 222/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 78/2022/GCJOSUECLAUDIO/TP, datado de 09.03.2022, constante do Processo SEI n.º 003678/2022;

RESOLVE:

I- DESIGNAR os servidores **KARLA DE HOLANDA LOBO**, matrícula n.º 003.619-6A, e **HARLEY BAYMA DE ARAUJO**, matrícula n.º 003.624-2A, para, nos dias 28 e 29.03.2022, realizarem visita institucional à Ouvidoria do Tribunal de Contas de São Paulo e no período de 30.03.2022 a 01.04.2022, participarem do Curso Completo de Licitações com Ênfase na Lei n.º 14.133/2021, em São Paulo/SP;

II- DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos adotem as providências necessárias, bem como, o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente.





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.52

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 16 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA N.º 223/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 85/2022/GCJOSUECLAUDIO/TP, datado de 16.03.2022, constante do Processo SEI n.º 003893/2022;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o Senhor Conselheiro **JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**, matrícula n.º 003.616-1A, para no dia 15.03.2022, participar de reunião na Ouvidoria do Senado Federal e, no dia 17.03.2022, realizar visita institucional à Ouvidoria do Senado Federal, em Brasília/DF;

II - DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos adotem as providências necessárias, bem como, o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.53

PORTARIA N.º 226/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 184/2022/DIAM/GP, datado de 16.03.2022, constante do Processo SEI n.º 003992/2022;

R E S O L V E:

I - DESIGNAR o CEL QOPM **HERIBERTO DA SILVA CORRÊA**, matrícula n.º 003.438-0A, para no período de 22 a 24.03.2022, participar do Congresso COP – Internacional e no dia 25.03.2022 realizar Visita Técnica no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis/SC;

II - DETERMINAR que a Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Recursos Humanos adotem as providências necessárias, bem como, o pagamento de diárias nos termos da legislação vigente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 17 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA N.º 229/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 88/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante do Processo SEI n.º 002580/2022;

R E S O L V E:





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.54

I – CONCEDER ao servidor **NIVALDO SALES DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 000.336-0A, o Abono de Permanência, com base no art. 3º da EC n.º 47/2005, a contar de 05.02.2022;

II – DETERMINAR à DRH que providencie o registro e que a DIORF, proceda o pagamento dos valores retroativos à data da implementação dos requisitos para o Abono de Permanência, qual seja, 05.02.2022, bem como, a devolução dos valores descontados para a Previdência Estadual a contar da referida data de implementação, mediante disponibilidade financeira e orçamentária, a critério de conveniência e oportunidade da Administração.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 230/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo n.º 102, I e IV, da Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no artigo n.º 29, incisos I e XXX do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 89/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante no Processo SEI n.º 004391/2021;

R E S O L V E :

I - ADICIONAR aos vencimentos do servidor **JOSE FERNANDO MELO SOARES**, Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental “C”, matrícula n.º 000.015-9A, a título de Vantagem Pessoal o valor correspondente a 3/5 (três quintos), do Cargo em Comissão de Assessor da Presidência, símbolo CC-2, com base no § 2º do artigo 82, da Lei n.º 1762/1986, a contar de **12.05.2011**, e, retroagindo, para efeitos financeiros, considerando-se o prazo prescricional de 05 anos, previsto no art. 1º do Decreto n.º 20.910, de 06.01.1932, a contar 11.06.2016;

II - DETERMINAR à Diretoria de Recursos Humanos – DRH que providencie o registro da vantagem pessoal, objeto dos presentes autos, nos assentamentos funcionais do servidor, fazendo, para tanto, a edição e publicação do ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.55

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 231/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo n.º 102, I e IV, da Lei n.º 2.423, de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no artigo n.º 29, incisos I e XXX do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo n.º 90/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante no Processo SEI n.º 003264/2020;

R E S O L V E :

I - ADICIONAR aos vencimentos da servidora **VALDIVI LIMA DA ROCHA E SILVA**, que ocupa o cargo de Auditor Técnico de Controle Externo – Auditoria Governamental “C”, matrícula n.º 000.198-8A, a título de Vantagem Pessoal o valor correspondente a 4/5 (quatro quintos), do Cargo em Comissão de Diretor de Controle Externo da Administração Indireta Estadual, símbolo CC-5, com base no § 2º do artigo 82, da Lei n.º 1762/1986, a contar de **03.02.2019**, e, retroagindo, para efeitos financeiros, considerando-se o prazo prescricional de 05 anos, previsto no art. 1º do Decreto n.º 20.910, de 06.01.1932, a contar 13.07.2015;

II - DETERMINAR à Diretoria de Recursos Humanos – DRH que providencie o registro da vantagem pessoal, objeto dos presentes autos, nos assentamentos funcionais da servidora, fazendo, para tanto, a edição e publicação do ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.56

PORTARIA Nº. 234/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Acórdão Administrativo nº 91/2022 – Administrativa – Tribunal Pleno, datado de 15.03.2022, constante no Processo SEI nº 008097/2020;

R E S O L V E :

I – DEFERIR PARCIALMENTE o pedido formulado pela servidora **URSULA OLIVEIRA DA COSTA**, que ocupa o cargo de Assistente de Controle Externo “C” desta Corte de Contas, matrícula nº 000.368-9A, no sentido de reconhecer o direito quanto à incorporação, em sua remuneração, do equivalente a **2/5 (dois quintos)**, a título de Vantagem Pessoal, correspondente ao cargo comissionado de Assistente Administrativo, **símbolo CC-1**, com base no artigo 82, da Lei nº. 1762/1986, a contar de **03.02.2009**, retroagindo, para efeitos financeiros, à data de 22.10.2015, nos termos da EC nº 91/2015, em virtude do prazo prescricional;

II - DETERMINAR à Diretoria de Recursos Humanos – DRH que providencie o registro da vantagem pessoal, objeto dos presentes autos, nos assentamentos funcionais da servidora, fazendo, para tanto, a edição e publicação do ato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 236/2022-GPDRH

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e XXX, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução nº 04, de 23 de maio de 2002);





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.57

CONSIDERANDO o teor do Memorando n.º 392/2022/SECEX/GP, datado de 17.03.2022, constante no Processo SEI n.º 004075/2022;

RESOLVE:

I - LOTAR o servidor **MARCIO OSORIO FREITAS**, matrícula n.º 001.339-0A, na Diretoria de Controle Externo de Auditoria de Transferências Voluntárias - DIATV, a contar de 17.03.2022;

II - REVOGAR a lotação anterior.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 22 de março de 2022.


ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
CONSELHEIRO-PRESIDENTE

ADMINISTRATIVO

Extrato

Termo de Contrato nº 06/2022

1. **Data:** 17/03/2022.
2. **Processo Administrativo:** 2364/2022-SEI/TCE/AM
3. **Espécie:** Contrato
4. **Contratante:** Estado do Amazonas, por intermédio do **Tribunal de Contas do Estado do Amazonas**, representado por seu presidente, Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.
5. **Contratada:** **TARGET ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, CNPJ 00.000.028/0001-29, representada legalmente pelo Sr. Maurício Ferraz de Paiva.
6. **Objeto:** O presente ajuste tem por objeto o fornecimento, pela CONTRADA, assinatura anual da plataforma Target GEDWeb, com 183 Normas Brasileiras ABNT/NBR/NBRISO) e Normas Mercosul.
7. **Valor Global:** **R\$ 8.400,00** (oito mil e quatrocentos reais).
8. **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses, de 17/03/2022 a 16/03/2023.
9. **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho 01.122.0056.2466.0001; Elemento de Despesa 33904016; Fonte de Recursos 0100; Nota de Empenho nº 2022NE0000268, de 16/03/2022, no valor de **R\$ 8.400,00** (oito mil quatrocentos reais), para arcar com





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.58

as despesas no ano corrente.

Harleson Arueira
Harleson dos Santos Arueira
Secretário-Geral de Administração

DESPACHOS

PROCESSO Nº 10.752/2022

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA – SEMULSP

NATUREZA: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

REPRESENTANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – MPC/AM, POR INTERMÉDIO DO PROCURADOR ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

REPRESENTADOS: SR. SEBASTIÃO DA SILVA REIS, SECRETÁRIO DA SEMULSP, SR. ALTERVI DE SOUZA MOREIRA, SUBSECRETÁRIO DA SEMULSP; E EMPRESA MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – MPC/AM, POR INTERMÉDIO DO PROCURADOR ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA, EM FACE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA PÚBLICA – SEMULSP, DE RESPONSABILIDADE DO SR. SEBASTIÃO DA SILVA REIS, SECRETÁRIO, E DO SR. ALTERVI DE SOUZA MOREIRA, SUBSECRETÁRIO, E DA EMPRESA MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA., EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 01/2022 – SEMULSP.

CONSELHEIRO-RELATOR: MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 05/2022 - GCMELLO

Tratam os autos de **Representação**, com Pedido de **Medida Cautelar**, formulada pelo **Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas – MPC/AM**, por intermédio do Procurador Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, em face da **Secretaria Municipal de Limpeza Pública – SEMULSP**, de responsabilidade do Sr. Sebastião da Silva Reis, Secretário, e do Sr. Altervi de Souza Moreira, Subsecretário, e da **empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda.**, em razão de **possíveis irregularidades no Contrato Emergencial de Prestação de Serviço nº 01/2022 – SEMULSP**, cujo objeto é a **prestação de serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos na cidade Manaus**, pelo período de 180 dias, com valor global de R\$ 41.325.792,58.





Compulsando a exordial, é possível identificar que o Representante aduz as seguintes questões:

- Teve conhecimento este *Parquet* do Contrato Emergencial de Prestação de Serviço n. 01/2022, mediante extrato publicado na edição de 04 de fevereiro de 2022 do veículo oficial de imprensa do município de Manaus, firmado com a empresa “Mamute Conservação, Construção e Pavimentação LTDA.”, cujo objeto é a “prestação de serviço de conservação e limpeza de logradouros públicos na cidade Manaus”, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, ao valor global de R\$ 41.325.792,58 (quarenta e um milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), pelo período de cento e oitenta dias. O instrumento de avença se encontra assinado pelo Sr. Altervi de Souza Moreira (Subsecretário Municipal de Gestão da SEMULSP) e os sócios representantes da empresa contratada;
- Ocorre que, da forma que se apresenta, a referida contratação se coloca em completa divergência com o arcabouço normativo que rege o tema, violando frontalmente princípios constitucionais e dispositivos legais, consoante se passa a expor doravante;
I. De mais grave, e, portanto, apresentado em primeiro lugar no rol de impugnações que compõe esta peça, está a inobservância ao princípio licitatório;
- Como de sabença geral, a licitação pública é procedimento administrativo previsto no artigo 37, XXI, da Constituição Brasileira, que objetiva a contratação de obras, serviços, compras e alienações na seara do Direito Público. Erigida a status constitucional, as hipóteses elencadas infraconstitucionalmente quanto à dispensa e inexigibilidade de licitação são exceções, cujo vetor interpretativo há de percorrer a seara mais restritiva para sua ocorrência;
- Vertendo essa noção basilar às concretudes fáticas do caso trazido à lume, observa-se que a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana – SEMULSP tem se valido de contratações de altíssimo vulto com a empresa “Mamute Conservação, Construção e Pavimentação LTDA.” sem o devido respaldo licitatório, a pretexto do que enuncia o artigo 24, IV, da Lei n. 8666/1993;
- O dispositivo do estatuto federal licitatório trata de situações de emergência ou de calamidade pública, “quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”;
- A SEMULSP, no ano de 2021, já havia lançado mão de dispensa de licitação, sob o mesmo argumento de urgência, para estabelecer vínculo contratual com a referida empresa no intento de prestação de serviço similar. Na ocasião, firmou-se o Contrato de Prestação de Serviço n. 014/2021, celebrado no mês de maio daquele ano, com a mesma vigência de





cento e oitenta dias do instrumento contratual que ora se contesta e ao valor de R\$ 40.621.000,00;

- Há de se questionar por qual motivo, durante a vigência do instrumento contratual anterior, não se adotaram providências idôneas a garantir a instauração de procedimento licitatório, que conferisse contornos, de fato lícitos, à prestação de serviço pretendida pela SEMULSP;

- Materializa-se, assim, claros indícios de simulação de emergência, com o mero propósito de estender a contratação direta com empresa que não se submeteu a seleção impessoal para vínculo com o Poder Público, o que torna o erário vulnerável a dispêndios que não guardam compatibilidade com parâmetros vantajosos e econômicos de custos;

- Diante disso, reputa-se ilegítima a utilização do artigo 24, IV, para dar esteio à contratação direta objeto do Contrato Emergencial de Prestação de Serviço n. 01/2022, malferindo o ordenamento de regência às aquisições de bens e serviços por parte da Administração;

II. Noutro giro, o Contrato Emergencial de Prestação de Serviço n. 01/2022 – SEMULSP, para além do descumprimento ao Estatuto Licitatório apresentado no item anterior, coloca-se em divergência com as diretrizes nacionais para saneamento básico estabelecidas pela Lei n. 11.445/2007 (com as alterações promovidas pela Lei n. 14026/2020);

- Todavia, a despeito disso, não há compatibilidade da contratação em voga com o arcabouço legal ao qual se há de ter reverência. O modelo de prestação de serviço por concessão não se vê implantado, porque não respeitados os ditames da Lei n. 8.987/1995 ou Lei n. 11.079/2004 (no caso de contratação de parceria público-privada), mormente quanto à necessidade de prévia licitação na modalidade concorrência e à forma de remuneração do serviço prestado;

- A falta de adequação entre a atuação da SEMULSP e o que prescreve a Lei n. 11.445/2007 (com as inúmeras alterações promovidas pela Lei n. 14026/2020) importa nítida ilegalidade e, sobretudo, revela-se danosa ao interesse público, na medida em que ignora o escopo da norma que visa à melhoria da qualidade da prestação de serviços públicos de saneamento básico, não apenas como imperativo de saúde pública, mas também intrinsecamente relacionada à questão ambiental;

- Ressalte-se que a incongruência com o paradigma normativo também se dá quanto à Lei Complementar Municipal n. 01, de 20 de janeiro de 2010, que, em âmbito local, impõe, de igual maneira, a necessidade de concessão precedida de concorrência para outorga de prestação de serviços de limpeza urbana (art. 29);

III. Remata-se este libelo abordando a falta de economicidade da avença;

- Conforme já aventado no item I, a SEMULSP celebrou o Termo de Contrato n. 14/2021, com a mesma empresa ora representada e com similar objeto e tempo de vigência, todavia, com diferença a menor na ordem R\$ 731.198,36 no valor global, posto que o Contrato Emergencial de Prestação de Serviço n. 01/2022 tem como importe total o montante de R\$ 41.352.792,58;





- Diante do considerável acréscimo no valor da avença, passados poucos mais de dois meses do término do contrato anterior, é de se indagar os motivos que justificam o considerável acréscimo no valor global do novo contrato firmado;
- Passível também de escrutínio os motivos que justificaram a alteração no valor do aviso da dispensa de licitação, publicado na edição de 28.01.2022. Segundo inicialmente constava do informe, os serviços implicariam uma despesa total de R\$ 39.205.255,43, cifra inferior a que findou contratada;
- Esclareça-se, por oportuno, que a minuciosa realização de pesquisa de preços de mercado perfaz exigência legal para todos os procedimentos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, em cumprimento ao artigo 26, parágrafo único, III, da Lei n. 8.666/1993 (nesse sentido estão os Acórdãos 4549/2014 – TCU – 2ª Câmara e 1422/2014 – TCU – 2ª Câmara).

Por fim, o Representante, através deste instrumento de fiscalização, requer o que segue:

Ante o exposto, requer este Órgão a autuação desta exordial como **REPRESENTAÇÃO**, conforme disciplina o artigo 288, §2º, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, conferindo a esta juízo positivo de admissibilidade. A partir, pugna:

I – nos termos da Resolução n. 03/2012-TCE/AM, pela **concessão de medida cautelar**, no sentido de que seja fixado **prazo ao Secretário Municipal de Limpeza Pública de Manaus, para que instaure, nesse ínterim, o devido procedimento licitatório que vise à contratação de empresa que execute os serviços que são objeto do Contrato Emergencial de Prestação de Serviço n. 01/2022 – SEMULSP;**

II – pela **NOTIFICAÇÃO**, na condição de representados, dos Srs. **Sebastião da Silva Reis (Secretário Municipal de Limpeza Urbana), Altervi de Souza Moreira (Subsecretário Municipal de Gestão da SEMULSP, signatário do contrato), Carlos Edson Guedes de Oliveira Júnior e Leland Juvêncio Barroso Neto (estes últimos na qualidade de representantes da empresa “MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA.”);**

III – pelo **REGULAR TRÂMITE** do feito, com imposição, ao cabo da instrução, de **MULTA** aos representados, por grave infração à norma legal, conforme prevê o artigo 54, VI, da Lei Orgânica TCE/AM, sem prejuízo do agravamento da sanção aqui pleiteada, a partir dos elementos instrutórios colhidos ao longo da marcha procedimental.

Após análise dos requisitos de admissibilidade do presente feito, o Exmo. Conselheiro Érico Desterro, Presidente desta Corte de Contas, através do Despacho nº 269/2022 – GP (fls. 34/36), admitiu a presente Representação, nos termos da primeira parte do inciso II do art. 3º da Resolução nº 03/2012-TCE/AM, e determinou à Divisão de Medidas Processuais Urgentes – DIMU que publicasse o referido Despacho no Diário Oficial Eletrônico





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.62

do TCE/AM, em até 24 (vinte e quatro) horas, e encaminhasse o processo ao Relator competente para apreciação da Medida Cautelar.

Ato contínuo, o supracitado Despacho fora publicado no D.O.E. deste TCE em 11/02/2022, Edição nº 2731, Pags. 13/14 (fls. 37/46), e encaminhado na mesma data ao Gabinete deste Conselheiro, em razão da Distribuição de Relatorias do Estado e Município de Manaus, referente ao biênio 2022/2023.

Posto isto, após análise sumária aos autos, notadamente quanto ao pedido de medida cautelar, considerando o interesse público envolvido, a natureza da demanda e a necessidade de obter maiores esclarecimentos sobre os fatos apresentados, entendi prudente e recomendável a concessão de prazo de 05 (cinco) dias para manifestação da SEMULSP e da empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda., a fim de que apresentassem documentos e justificativas para esclarecer as possíveis irregularidades apontadas pelo Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas – MPC/AM, por intermédio do Procurador Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, quanto ao Contrato Emergencial de Prestação de Serviço nº 01/2022 – SEMULSP, nos termos do art. 42-B, § 2º, da Lei nº 2.423/96, conforme Despacho nº 145/2022 – GCMELLO (fls. 47/51).

Em atenção ao determinado, a Divisão de Medidas Processuais Urgentes – DIMU encaminhou os Ofícios nº 0148, 0149 e 0150/2022 – DIMU (fls. 52/54), respectivamente, ao Sr. Sebastião da Silva Reis, Secretário da SEMULSP, ao Sr. Altervi de Souza Moreira, Subsecretário da SEMULSP, e à empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda., para que, cientes das alegações narradas na exordial, apresentassem documentos e/ou justificativas. Os ofícios foram regularmente recebidos, via e-mail, em 16/02/2022, conforme documentos às fls. 55/60.

Na data de 23/02/2022, a SEMULSP apresentou razões de defesa e documentos (fls. 61/110), alegando o que segue:

- Após amenizar a situação de pandemia em meados do mês de abril de 2021, a gestão cuidou de iniciar o processo licitatório para a contratação de empresa especializada em limpeza urbana por meio do Processo 2021.21000.21006.0.000314, datado de 02/04/2021, primeiramente com fase interna;
- Ocorre que a fase interna do processo licitatório se mostrou muito complexa, pois houve a necessidade de elaborarmos diversos mapas como varrição, capinação, podas de árvores, limpeza de igarapés, pinturas, e afins, de forma que não foi possível concluir antes do término de vigência do Contrato nº 03/2016 que a SEMULSP mantinha com a empresa Mamute, fato que gerou a necessidade da contratação emergencial com a mesma empresa por diversos motivos, dentre os quais: 1 – apresentou o menor preço dentre as cotações





levantadas pela Secretaria; 2- por ser a empresa que já se encontrava prestando o serviço, detinha todo o aparato técnico-operacional para continuar, de forma que eventual mudança traria prejuízos no fornecimento do serviço em razão da desmobilização da empresa antiga e organização da nova empresa; 3- economicidade para a Administração Pública, pois os valores foram mantidos em relação ao contrato anterior, até porque não havia possibilidade de reajustes por questões legais; dentre outros fatores;

- Destaca-se que o Contrato nº 014/2021 previsto para 180 dias, continha cláusula resolutiva, prevendo que, caso o processo licitatório fosse concluído, a vigência do contrato emergencial chegaria a termo para que a Secretaria pudesse efetivar nova contratação com a empresa vencedora do certame;

- Porém, passados os 180 dias da primeira contratação emergencial, o processo licitatório não fora concluído. Como dito anteriormente, trata-se de um processo complexo contendo muitos detalhes que necessitam de estudos técnicos. A equipe responsável pela elaboração dos mapas, planilhas, projeções, enfim, todo o aparato técnico necessário à licitação, necessitou de mais tempo para concluir o serviço. Inclusive um dos líderes dessa equipe, responsável pelo georreferenciamento, acabou por falecer em razão de complicações de saúde geradas pela covid-19, o que causou grande comoção na Secretaria inteira;

- Importante destacar que o atual processo licitatório é bem mais complexo que o anterior, o qual resultou no Contrato nº 03/2016, pois as demandas atuais são diferentes, bairros inteiros nasceram nesse período, diversos outros logradouros públicos foram criados. Hoje necessitamos de máquinas e equipamentos mais desenvolvidos, modernos, e que alcancem maior espaço de atuação no menor tempo possível;

- Outra situação que acabou por demandar bastante tempo na fase interna do processo licitatório, foi o levantamento de preços para os diversos itens que compõem os serviços de limpeza urbana, pois é natural que as empresas que objetivem concorrer na licitação não queiram apresentar cotações de seus serviços por questões óbvias, não demonstrar para as concorrentes os preços que praticam;

- Após vultoso trabalho, a Secretaria conseguiu as três cotações necessárias para concluir a fase interna e enviar o processo à Comissão Municipal de Licitação de Manaus – CML, para dar continuidade com a fase externa, o que acreditamos deva ocorrer em breve;

- Evidentemente que o serviço público de limpeza urbana não pode sofrer interrupções, sob pena de prejuízos incalculáveis aos cidadãos e à Administração Pública, razão pela qual mais uma vez a necessidade de contratação direta, porquanto ainda durar o processo licitatório, se impôs;

- Neste ponto é importante salientarmos que o papel do gestor público é buscar a melhor solução visando evitar prejuízos à população e à Administração Pública, muito embora sua atitude seja passível de questionamentos pelos órgãos de controle, como de fato ocorrera no caso ora sob análise;

- É notório que o Contrato nº 01/2022 foi embasado nos princípios constitucionais que regem a Administração e as contratações públicas;





- Embora haja a imposição legal de se promover a licitação, o próprio ordenamento jurídico regulamenta e admite a celebração sem a prévia realização do procedimento em comento. Têm-se, então, casos em que o legislador entendeu e dispôs ao agente público a contratação direta, desde que devidamente justificada, em virtude de determinados casos não suportarem o rito e a morosidade do procedimento normal;
- Portanto, a contratação emergencial ora sob análise foi necessária e se encontra respaldada legalmente, pois a sua falta resultaria em prejuízos inimagináveis para a população e para a Administração Pública;
- O processo licitatório, conforme requerimento do Ministério Público, se encontra em trâmite desde abril de 2021, devendo ser concluído ainda no primeiro semestre do ano corrente. O fato de não ter sido iniciado no tempo em que deveria, ainda na gestão passada.

Após análise sumária dos documentos apresentados, este Relator, através do Despacho nº 231/2022 – GCMMELO (fls. 111/121), entendeu que ainda se fazia necessária, nos termos do art. 42-B, § 2º, da Lei nº 2.423/96, a apresentação de documentação para comprovar o que fora alegado, razão pela qual solicitou os demais documentos que compuseram a fase interna da licitação, bem como a comprovação de envio do processo à Comissão Municipal de Licitação de Manaus – CML, informando ainda em que etapa da fase externa se encontrava o processo licitatório para contratação de empresa especializada em limpeza urbana, bem como o encaminhamento a esta Corte de Contas das demais cotações de preços levantadas pela Secretaria, a fim de comprovar que houve a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração Pública quando da contratação por dispensa de licitação da empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda.

Ato contínuo, fora emitido o Ofício nº 0181/2022 – DIMU (fl. 122), endereçado ao Sr. Sebastião da Silva Reis e ao Sr. Altervi de Souza Moreira, a fim de que apresentassem a documentação necessária para comprovar o que fora alegado em suas justificativas, o qual fora regularmente recebido em 10/03/2022 (fls. 123/125).

Em 11/03/2022, a SEMULSP protocolou nesta Corte de Contas o Ofício nº 174/2022 – ASJUR/GS/SEMULSP (fls. 126/472), por meio do qual encaminhou a documentação solicitada relativa ao processo licitatório para contratação dos serviços de limpeza e conservação urbana, bem como as demais propostas de preços apresentadas à SEMULSP quando da contratação emergencial de empresa para a prestação do citado serviço, conforme se verifica abaixo:

PRINCIPAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA SEMULSP REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO (FLS. 128/308)





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.65

DOCUMENTO	FL(S)
Comunicação Interna nº 038/2021 – Solicitação de abertura de processo licitatório	130
Termo de Referência	131/176
Anexos do Termo de Referência	177/297
Ofício nº 888/2021 – ASJUR/GS/SEMULSP - Encaminhamento do processo licitatório à CML	299
Promoção nº 148/2021 – DJCML/PM – Inconsistências identificadas pela Diretoria Jurídica no procedimento licitatório	303/304
Ofício nº 1748/2021 – CML/PM – Devolução à SEMULSP do processo licitatório para ajustes	308
Solicitação de Cotação Para: onmetropolitanalda@gmail.com Para: Flservicos17@gmail.com Para: contasapagar@tcdnavegacao.com.br	309
Proposta de Preços da empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda.	310/356
Proposta de Preços da empresa ON-Metropolitana Conservação e Saneamento Ltda.	357/406
Proposta de Preços da empresa SRP & BP	407/410

PRINCIPAIS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA SEMULSP PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE 180 DIAS (FLS. 411/472)

DOCUMENTO	FL(S)
Proposta de Preços da empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda.	411/436
Proposta de Preços da empresa Trairi comércio de Derivados de Petróleo Ltda	437/441
Proposta de Preços da empresa ON-Metropolitana Conservação e Saneamento Ltda.	442/471
Planilha Comparativa de Preços	472

Ab initio, importante destacar que, em regra, a aquisição de bens e serviços pelo Poder Público depende de prévio procedimento licitatório, o que decorre, expressamente, do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e, implicitamente, do princípio da isonomia, além dos princípios administrativos da impessoalidade e da moralidade.



Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736
Horário de funcionamento: 7h - 13h
Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br



Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo)

Sobre o tema, o professor Marçal Justen Filho traz uma interpretação relevante do artigo supracitado, no que tange à prévia licitação e a contratação direta:

A Constituição acolheu a presunção de que **prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia**. Mas a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta (sem licitação) nos casos previstos por lei. (grifo)

Tal procedimento administrativo visa garantir a observância de tratamento igualitário entre os interessados, a seleção da proposta mais vantajosa e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93 e do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de normas gerais para a licitação e contratos administrativos, *in verbis*:

LEI Nº 8.666/93

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo)

LEI Nº 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da





eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (*grifo*)

Como leciona Hely Lopes Meirelles, “a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

O autor continua que “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

Por sua vez, o Poder Público, na forma da Carta Republicana, deve pautar-se também pelo princípio da impessoalidade e da moralidade administrativa.

Nesse sentido, Hely Lopes Meireles resume seu entendimento:

O princípio da impessoalidade referido na Constituição Federal nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente com objetivo do ato de forma impessoal. (MEIRELES, Hely Lopes, 2007)

O princípio da impessoalidade estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados aos particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado.

O que deve ser levado em conta no princípio da moralidade administrativa é a boa-fé dos atos praticados pelo administrador público. Como leciona Maria Silvia Di Pietro que “o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mais também pelo particular que se relaciona com administração pública”. (DI PIETRO, Maria Silvia, 2000).





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.68

Ademais, acerca da necessária observância dos princípios pela Administração Pública na realização da licitação, vejamos como leciona a jurisprudência do TCU:

TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR) RP 02906020141 REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TÉCNICA DO TCU, FORMULADA EM CUMPRIMENTO A DESPACHO DE MINISTRO. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (TCU) Jurisprudência • Data de publicação: 17/08/2016

EMENTA

CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 1. A licitação tem o triplo objetivo de obter a contratação mais vantajosa para Administração, de garantir a isonomia de oportunidades a todos que se interessarem em contratar com o Poder Público e de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2. Permitir a contratação direta de empresa sem que a hipótese fática esteja subsumida ao art. 24, inciso XI, da Lei 8.666/1993, por motivo de a sociedade empresária não ter participado do certame antecedente ao contrato rescindido, promove-se indevida escolha livre da contratada, alijando todos os demais interessados em participar de nova licitação para finalizar a execução do remanescente de obras, o que contraria o preceito dispositivo legal, e os princípios da isonomia (art. 5º, caput, CF) e da impessoalidade (art. 37, caput, CF). 3. Somente devem ser aceitas antecipações de pagamentos contratuais em situações excepcionais nas quais fique demonstrada a existência de interesse público, devendo haver previsão no edital de licitação e serem exigidas as devidas garantias. 4. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição de dez anos indicado no art. 205 do Código Civil, contado a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada (Acórdão 1.441/2016 - Plenário).

Pelo exposto, depreende-se que o processo licitatório tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Contudo, ainda que a licitação seja a regra a ser seguida pelo gestor público, a própria Constituição, em seu art. 37, inciso XXI, defende que, em determinadas circunstâncias, expressamente previstas na legislação ordinária, as quais estão descritas na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 14.133/2021, a Administração pode realizar contratações diretas, seja por dispensabilidade, inexigibilidade ou dispensa de licitação.

Assim, não sendo o caso de licitação inexigível, trata-se de licitação dispensável, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

LEI Nº 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo





máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; *(grifo)*

LEI Nº 14.133/2021

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, **quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos** ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

(...)

§ 6º Para os fins do inciso VIII do caput deste artigo, **considera-se emergencial a contratação por dispensa com objetivo de manter a continuidade do serviço público**, e deverão ser observados os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei e adotadas as providências necessárias para a conclusão do processo licitatório, sem prejuízo de apuração de responsabilidade dos agentes públicos que deram causa à situação emergencial. *(grifo)*

No caso em tela, o caráter emergencial esta, aparentemente, caracterizado, uma vez que a contratação por dispensa teve como objetivo manter a continuidade do serviço público de conservação e limpeza de logradouros públicos na cidade Manaus, pelo período de 180 dias, a fim de evitar prejuízos na prestação dos referidos serviços essenciais à sociedade manauara.

De acordo com Hely Lopes Meirelles, a emergência é assim delimitada:

A **emergência** caracteriza-se pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a incolumidade ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, exigindo rápidas providências da Administração para debelar ou minorar suas consequências lesivas à coletividade. (Direito Administrativo Brasileiro, 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, p. 253)





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.70

Segundo o ilustre administrativista Jacoby Fernandes, sobre o tema relata:

A noção de uma situação de emergência deve coadunar-se com o tema em questão, pouco aproveitando a noção coloquial do termo, dissociada da sede de licitação e contratos. Conforme entendimento do TCU, a situação de emergência deverá ser devidamente esclarecida e com a formalização adequada do processo que a justifique, como demonstração razoável para a escolha da empresa e dos preços adotados, estando, aí sim, fundamentados os argumentos que permitirão a adoção do instituto da dispensa de licitação. (Contratação Direta Sem Licitação, 9ª ed. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2012, p. 303)

Posto isto, além da necessária caracterização da situação como emergencial, outro critério que precisa necessariamente ser observado quando da contratação emergencial, é o atendimento de preço compatível com o mercado, o qual deve ser justificado e comprovado.

Compulsando a documentação apresentada pela SEMULSP, verifico que foram consultadas três empresas que apresentaram os seguintes valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	MAMUTE CONSERVAÇÃO, CONTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA		ON METROPOLITANA CONSERVAÇÃO E SANEAMENTO LTDA		TRAIRI COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	
		Custo Unit Mensal	Custo Unit Semestral	Custo Unit Mensal	Custo Unit Semestral	Custo Unit Mensal	Custo Unit Semestral
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS DA CIDADE DE MANAUS	R\$ 6.892.132,10	R\$ 41.352.792,58	R\$ 8.783.095,69	R\$ 52.698.574,05	R\$ 8.257.754,57	R\$ 49.546.527,46
TOTAL		R\$ 6.892.132,10	R\$ 41.352.792,58	R\$ 8.783.095,69	R\$ 52.698.574,05	R\$ 8.257.754,57	R\$ 49.546.527,46

Portanto, considerando o exposto, entendo que o atendimento de certas situações pelo Poder Público precisa ser imediato, sob pena de a procrastinação causar prejuízos ao interesse público, sendo a dispensa de licitação prevista no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e no art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, alternativa transitável para o gestor público, devendo ser observadas as vinculações jurídicas aplicáveis à espécie.

Ademais, verifico que, aparentemente, a proposta da empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda. fora a mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que a empresa em questão já era a responsável pela prestação de serviços de conservação e limpeza de logradouros públicos na cidade Manaus, possuindo o aparato necessário para a manutenção dos serviços, bem como apresentou o menor custo mensal e trimestral dentre as demais empresas, conforme mapa comparativo supracitado.





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.71

Outrossim, em que pese ter sido realizada uma contratação direta, a SEMULSP apresentou documentos que compõem a fase interna da licitação, demonstrando que já está providenciando o processo licitatório, o qual deve ser imediatamente concluído.

Assim, com base no que fora exposto e analisado acima, entendo, em juízo de cognição sumária, que, no caso em questão, não há o preenchimento do *fumus boni iuris*, requisito necessário para o deferimento da Medida Cautelar, razão pela qual entendo que o pleito do Representante não se faz adequado neste momento processual, nos termos regimentais.

Quanto ao requisito do *periculum in mora*, entendo que este resta prejudicado, uma vez que, conforme os entendimentos já citados neste Despacho, os requisitos autorizadores da concessão da medida cautelar devem ser preenchidos simultaneamente para que a tutela possa ser concedida.

Importante esclarecer que esta Relatoria, no presente Despacho, está apreciando e se manifestando exclusivamente sobre o pedido de concessão da medida cautelar. Isso quer dizer que, mesmo com o indeferimento do pedido, os autos seguirão ainda para seu trâmite ordinário e, muito brevemente, terão sua decisão de mérito, momento em que serão analisados detidamente os fatos trazidos à baila tanto pelo Representante quanto pelos Representados.

Isto posto, **INDEFIRO O PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR** pleiteado pelo Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas – MPC/AM, por intermédio do Procurador Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, **tendo em vista a inexistência do pressuposto do *fumus boni iuris*, necessário para adoção da referida medida**, devendo ser encaminhados os autos à Divisão de Medidas Processuais Urgentes – DIMU para adoção das seguintes providências:

1. **PUBLIQUE** em até 24 (vinte e quatro) horas este Despacho no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, nos termos do art. 8º do art. 42-B da Lei nº 2.423/1996, observando a urgência que o caso requer, e;
2. **OFICIE** ao **Sr. Sebastião da Silva Reis**, Secretário da SEMULSP, ao **Sr. Altervi de Souza Moreira**, Subsecretário da SEMULSP, e à **empresa Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda**, para que, tomem ciência da Representação e da deliberação deste subscrevente, devendo ser remetida, em anexo, a presente Decisão Monocrática;





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.72

3. Ato contínuo, encaminhe os autos à DILCON para que dê continuidade à instrução processual, nos termos do inciso V do art. 3º da Resolução nº 003/2012 – TCE/AM, devendo serem observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, para posterior emissão de manifestação conclusiva acerca dos argumentos de fato e de direito apresentados.
4. Após, sejam os autos remetidos ao Ministério Público de Contas para o necessário exame do feito, nos termos do art. 79 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

GABINETE DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de março de 2022.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 71, inciso III, da Lei nº 2.423/96 – TCE, e art. 97, I e § 2º, da Resolução TCE 04/02, combinado com o art. 5º, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADA A EMPRESA JOSUE ALBUQUERQUE RODRIGUES - EIRELI**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da última publicação deste, comparecer ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, situado na Avenida Efigênio Sales, nº 1155, 2º andar, Parque Dez de Novembro, a fim de apresentar documentos e/ou justificativas, como razões de defesa, acerca das restrições suscitadas nas Notificações nº 040/2022 – DICAD peça do Processo TCE nº 12.913/2021, que trata do Recurso de Reconsideração interposto pela Segra Segurança Radiologia Ltda., em face do Acórdão N°335/2020-TCE-Tribunal Pleno, exarado nos autos do Processo 16829/2019, em razão do despacho exarado pelo Excelentíssimo Relator.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 21 de Março de 2022.

JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA MELO
Diretor de Controle Externo da Administração
Direta Estadual





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.73

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 09/2022-DICAPE

Pelo presente Edital, na forma para os efeitos do disposto no art. 20, caput, e art. 71, III, da Lei n. 2.423/96-TCE, art. 79, parágrafo único e art. 97, I, da Resolução nº. 04/2002-RI combinado com o art. 5.º LV da CF/88, fica **NOTIFICADO** a **Sra. OMARA NUNES MAMED, Servidora Municipal de Pauini/AM**, para no prazo de 30 (trinta) dias a contar da última publicação deste Edital, para enviar, por meio do e-mail protocolodigital@tce.am.gov.br, defesa/justificativas para o Processo nº 11049/2021, acerca do objeto da presente Representação, sobre o suposto caso de nepotismo entre o Secretário Municipal do Meio Ambiente e Vossa Senhoria, que a teria sido admitida como Assistente Social.

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL, Manaus 21 de março de 2022.

Holga Naito de Oliveira Félix

Diretora de Controle Externo de Admissões de Pessoal





Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.74

ATENÇÃO, PREFEITOS!
Não percam o prazo e respondam ao IEGM

<https://econtas.tce.am.gov.br/eContas/login.jsf>

PRAZO ATÉ 31 DE MARÇO

iegm TCE AM

RESPONDA

tceam tceamazonas tce-am www.tce.am.gov.br





Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Amazonas



Manaus, 23 de março de 2022

Edição nº 2757 Pag.75



Presidente

Cons. Érico Xavier Desterro e Silva

Vice-Presidente

Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos

Corregedor

Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior

Ouvidor

Cons. Josué Cláudio de Souza Neto

Coordenador Geral da Escola de Contas Públicas

Mario Manoel Coelho de Mello

Conselheiros

Cons. Antônio Julio Bernardo Cabral

Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro

Auditores

Mário José de Moraes Costa Filho

Alípio Reis Firmo Filho

Luiz Henrique Pereira Mendes

Alber Furtado de Oliveira Junior

Procurador Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM

João Barroso de Souza

Procuradores

Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça

Evanildo Santana Bragança

Evelyn Freire de Carvalho

Ademir Carvalho Pinheiro

Elizângela Lima Costa Marinho

Carlos Alberto Souza de Almeida

Ruy Marcelo Alencar de Mendonça

Elissandra Monteiro Freire

Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva

Secretário Geral de Administração

Harleson dos Santos Arueira

Secretário-Geral de Controle Externo

Jorge Guedes Lobo

Secretário-Geral do Tribunal Pleno

Mirtyl Fernandes Levy Júnior

Secretária de Tecnologia da Informação

Sheila da Nóbrega Silva

Diretora Geral da Escola de Contas Públicas

Solange Maria Ribeiro da Silva

TELEFONES ÚTEIS

PRESIDÊNCIA 3301-8198 / OUVIDORIA 3301-8222/0800-208-0007 / ESCOLA DE CONTAS 3301-8301/ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3301-8186 / SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO 3301-8153 / SECRETARIA DE TECNOLOGIA 3301-8119/ LICITAÇÃO 3301-8150 / COMUNICAÇÃO 3301- 8180 / DIRETORIA DO MPC 3301-8232 / PROTOCOLO 3301-8112

Diário Oficial Eletrônico de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Efigênio Sales, nº 1155 - Parque 10 de Novembro - Manaus – AM - CEP: 69055-736

Horário de funcionamento: 7h - 13h

Telefone: (92) 3301-8180 - e-mail: doe@tce.am.gov.br

[@tceamazonas](https://www.instagram.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam) [/tceam](https://www.youtube.com/tceam) [/tce-am](https://www.linkedin.com/company/tce-am) [/tceamazonas](https://www.youtube.com/tceamazonas) [/tceam](https://www.facebook.com/tceam)

